

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

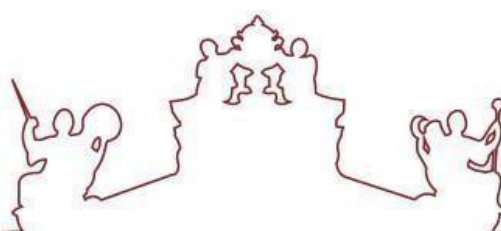
Dissertação

A teoria do "Universo em Expansão" de J. L. Fiori: uma hipótese de leitura da instabilidade global contemporânea.

Fabio Costa Reis Vianna

Orientador(es) / Irene Viparelli

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

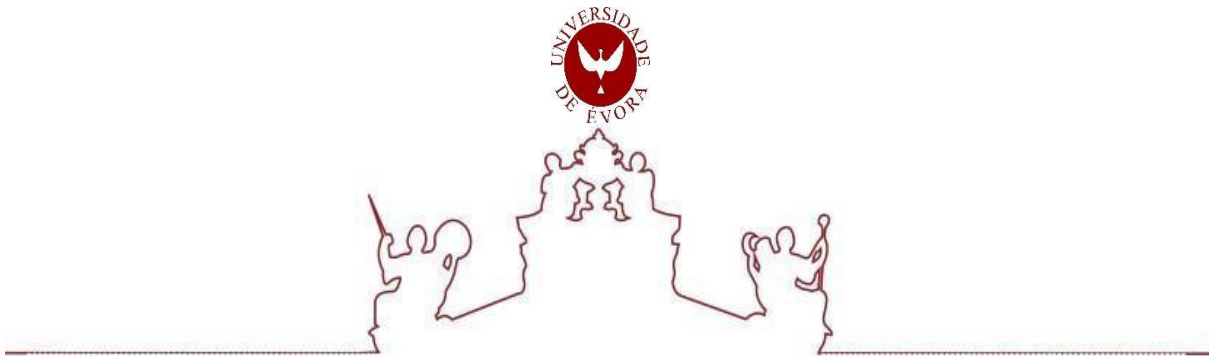
A teoria do "Universo em Expansão" de J. L. Fiori: uma hipótese de leitura da instabilidade global contemporânea.

Fabio Costa Reis Vianna

Orientador(es) / Irene Viparelli

Évora 2023





A dissertação foi objeto de discussão e apreciação pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Evanthia Balla (Universidade de Évora)

Vogais | Silvia Roque (Universidade de Évora) (Arguente)

Agradeço imensamente à Prof. Doutora Irene Viparelli pela grande generosidade, sabedoria e paciência em guiar-me pelos melhores caminhos do pensamento científico. Sem ela teria sido impossível chegar até aqui.

Dedico este trabalho ao meu saudoso pai, Fernando Reis Vianna Filho, que além dos princípios éticos inabaláveis, ao longo de toda a nossa convivência sempre fez questão de transmitir seu vasto conhecimento sobre história mundial e política internacional. Certamente a sua influência intelectual-espiritual foi determinante para a conclusão desta tese de mestrado.

Resumo

A escalada nas tensões internacionais observada na atualidade revela um cenário que remete a momentos históricos em que o aumento da competição e o acirramento dos conflitos militares levaram a uma perigosa espiral de disputa entre as grandes potências do sistema interestatal; o que posteriormente resultou em consequências nefastas para toda a humanidade (MACMILLAN, 2014, 396).

Neste contexto, o aumento das rivalidades geopolíticas observado na atualidade entre as grandes potências do sistema internacional, em particular os Estados Unidos, a Rússia e a China, assim como, a própria instabilidade global resultante disso, despertam uma legítima inquietação a respeito das motivações de tal cenário e os possíveis meios de contenção do mesmo (HICKS et al., 2021).

Partindo desta premissa, este trabalho buscará esmiuçar e avaliar a aplicabilidade da Teoria do Universo em Expansão, desenvolvida pelo investigador brasileiro José Luís Fiori, como instrumento de compreensão analítica a partir da perspectiva da disputa pelo poder global e em confronto com as teorias sobre hegemonia desenvolvidas por investigadores da escola realista das Relações Internacionais.

Palavras-chave

Instabilidade Global; Poder Global; Sistema Internacional; Universo em Expansão.

Abstract

J. L Fiori's "Expanding Universe" theory: a hypothesis for reading contemporary global instability.

The escalation in international tensions observed today reveals a scenario that harks back to historical moments in which the increase in competition and the intensification of military conflicts led to a dangerous spiral of disputes between the great powers of interstate system; which subsequently result in harmful consequences for all of humanity.

In this context, the increase in geopolitical rivalries observed today between the great powers of the international system, in particular the United States, Russia and China, as well as resulting instability, arouse legitimating concern about the motivations for this scenario and the possible means of containing it.

Based on this premise, this work will seek to scrutinize and evaluate the applicability of the Expanding Universe Theory, developed by Brazilian researcher José Luís Fiori, as tool of analytical understanding from the perspective of the dispute of global power and in confrontation with the theories of hegemony developed by researchers from realist school of International Relations.

Keywords

Global Instability; Global Power; International System; Expanding Universe.

Sumário

1	Introdução	9
1.1	Apresentação da temática	9
1.2	Estado da arte	12
1.3	Metodologia	15
2	As bases teóricas do pensamento de José Luís Fiori	17
3	Hegemonia e estabilidade internacional	26
3.1	O conceito de hegemonia	27
3.2	A teoria da estabilidade hegemônica	31
3.3	Os longos ciclos hegemônicos	39
4	O Universo em Expansão	47
4.1	O poder	48
4.2	Origens	50
4.3	A invenção europeia	53
4.4	O expansionismo cruzado	55
4.5	A centralização do poder	57
4.6	Acumulação e expansão do poder e da riqueza	58
5	O poder americano	64
5.1	O paradoxo do hiperpoder	71
	Conclusão	81
	Referências bibliográficas	88

Quando me pergunta o que é que vai ficar do que a pandemia nos ensinou, fico com a impressão que nada é para ficar, porque os tempos que vem serão de grande instabilidade. A instabilidade vai tornar-se, paradoxalmente, cada vez mais regular.

José Gil

Como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar.

Maquiavel

Para além dos acontecimentos, existe uma história inconsciente – ou mais ou menos consciente – que escapa à lucidez dos atores, dos responsáveis ou das vítimas: elas fazem a história, mas a história as arrasta.

Braudel

1 Introdução

1.1 Apresentação da temática

Esta tese procurará compreender as razões do ambiente de instabilidade global observado na atualidade e refletido num aparente aumento – ou retorno - das rivalidades entre as grandes potências do sistema internacional (BANO, 2020) na base da teoria desenvolvida pelo investigador brasileiro José Luís Fiori, intitulada Teoria do Universo em Expansão (FIORI, 2014).

Tal ambiente de instabilidade se reflete sobretudo no aumento das tensões geopolíticas e militares envolvendo a atual potência hegemônica do sistema internacional, os Estados Unidos da América, e as chamadas potências emergentes; em particular a China – especialmente na esfera da competição comercial e tecnológica – e a Rússia – especificamente na esfera da competição militar (BLANKENSHIP; DENISON, 2019).

Na ótica de José Luís Fiori; a partir da eleição de Donald Trump a liderança mundial dos Estados Unidos deixa oficialmente de ser exercida, como é possível compreender da redação da nova estratégia de segurança americana, publicada em dezembro de 2017:

This strategy is guided by principled realism. It is realist because it acknowledges the central role of power in international politics, affirms that sovereign states are the best hope of peaceful world, and clearly defines our national interest (...) We are also realistic and understand that the American way of life cannot be imposed upon others, nor is it the inevitable culmination of progress (WHITE HOUSE, 2017, p. 4 -55).

Em muitas ocasiões ao longo das últimas décadas – e em particular a partir dos anos 1970 – os autores da Teoria da Estabilidade Hegemônica, assim como os teóricos da “Teoria dos Ciclos Hegemônicos” questionaram se haveria uma crise de liderança pairando sobre os Estados Unidos. Dialogando com estas perspectivas, Fiori enxerga a

atual instabilidade não como um mero lapso de liderança temporário, mas como a própria confirmação de uma tendência expansiva de longo prazo do sistema internacional; lógica esta que a Teoria do Universo em Expansão busca explicar.

Como será abordado com mais profundidade nesta tese, à luz desta teoria (FIORI, 2020, p. 12), a crise atual enraíza-se na lógica estrutural de um sistema por natureza instável, e onde a competição e a guerra dariam a tônica de um processo eminentemente expansionista e acumulativo desde suas origens no continente europeu em meados do século XVII.

Nesta perspectiva teórica, Fiori enxerga o sistema internacional, ou interestatal, como uma “invenção” europeia forjada na expansão e acumulação de poder e riqueza através do “jogo das guerras”; algo que, segundo ele, estaria vigente até hoje (FIORI, 2023, p. 31). Neste sistema, é de fundamental importância a análise histórica de longo prazo focada na ideia de que os Estados nacionais, nascidos na Europa por volta dos séculos XVII e XVIII, teriam se universalizado posteriormente nos séculos XIX e XX por meio da expansão e das conquistas das grandes potências coloniais europeias: uma lógica de funcionamento sem precedente histórico e inspirada na visão analítica desenvolvida pelo investigador francês Fernand Braudel, cujos conceitos principais se baseiam numa concepção de temporalidade onde a história é apreendida por meio de estruturas de longa duração (RIBEIRO, 2015).

O sistema internacional, portanto, na perspectiva da Teoria do Universo em Expansão se consubstanciaria no que Fiori chama de grandes “explosões expansivas que projetaram suas potências mais competitivas para fora de si mesmas e, ao mesmo tempo, ampliaram as fronteiras globais do próprio sistema” (FIORI, 2014, p. 31). Sendo assim, seguindo preceitos teóricos que dialogam com a Teoria dos Ciclos hegemônicos desenvolvida por Arrighi e Modelski, assim como com o pensamento do sociólogo Norbert Elias – que percebe a expansão de poder como algo inerente à dinâmica das grandes potências –, Fiori dirá que tais explosões expansivas teriam ocorrido no que o autor denomina longos séculos XIII, XVI e XIX, primeiramente entre 1150 e 1350; posteriormente entre 1450 e 1650; consolidando-se entre 1790 e 1914. Nestas chamadas explosões expansivas, Fiori defende que teria havido um aumento vertiginoso da pressão competitiva no sistema internacional em razão da luta contínua

entre os Estados em disputa e, principalmente, em razão do surgimento e incorporação de novos Estados nacionais ao sistema.

Nesta amálgama de competição e disputa entre Estados vencedores e perdedores forjou-se um sistema bélico e expansivo onde a sobrevivência se daria numa corrida incessante por acumulação de riqueza e poder ininterrupto:

Resumindo nosso ponto de vista, o sistema político e econômico mundial não foi produto de uma simples e progressiva somatória de territórios, mercados, países e regiões. Historicamente, foi uma criação do poder: do poder expansivo e conquistador de alguns Estados/economias nacionais europeus que durante o século XVII se transformaram no pequeno grupo das grandes potências. Até o século XIX o sistema mundial se restringia quase que exclusivamente aos Estados europeus, aos quais se agregaram, no século XIX, os novos Estados independentes americanos. Mas foi só na primeira metade do século XX que o sistema incorporou no seu núcleo central duas potências “expansivas” extra-européias, os Estados Unidos e o Japão, um pouco antes que o Estado nacional se generalizasse, já na segunda metade do século XX, como a forma dominante de organização do poder político territorial através do mundo (FIORI, 2005, p. 68).

Neste diapasão, Fiori percebe o sistema internacional moderno como uma espécie de “máquina de acumulação de poder e riqueza” (FIORI, 2014), tendo no laço da guerra entre seus Estados e o desenvolvimento das economias nacionais o motor que impulsionaria esta máquina. Por esta razão, portanto, Fiori compararia o sistema internacional a um universo em permanente expansão onde, num movimento de busca incessante por ascender na hierarquia deste sistema, os Estados competidores estariam em fluxo contínuo de disputa pelo poder global.

Neste cenário analítico, Fiori, portanto, percebe na administração Donald Trump a continuidade de um processo histórico que se abriu no sistema internacional após o fim da guerra fria, mais especificamente em 1991. A vitória dos Estados Unidos da América sobre sua rival sistêmica, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ao invés de tornar o sistema internacional mais estável e previsível, paradoxalmente, teria impulsionado o *hegemon* unipolar a um avanço militar sem precedente, o que, por outro lado, ao longo dos últimos 30 anos também teria ocasionado a reação de outras potências competidoras do sistema internacional-interestatal. Em outras palavras, de acordo com as bases teóricas da Teoria do Universo em Expansão, a própria lógica expansiva do sistema internacional seria a causa tanto do surgimento de novas

potências a pressionar a hegemonia dos Estados Unidos, quanto da reação deste mesmo *hegemon*, no sentido de sabotar este mesmo sistema criado e tutelado por ele mesmo ao final da Segunda Guerra Mundial. A já mencionada estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos publicada durante o governo Trump (WHITE HOUSE, 2017), portanto, nada mais seria do que o explicitar de um processo de desestabilização do sistema internacional forjado pelo próprio país que arrogou-se desde sempre como a liderança deste mesmo sistema.

Em suma, a potência hermenêutica da Teoria do Universo em Expansão que tentaremos demonstrar ao longo desta tese se consubstancia na ideia de que o sistema internacional – interestatal funciona como um permanente processo de competição e expansão por poder e riqueza (FIORI, 2014), que, diferentemente da perspectiva realista clássica, não é anárquico em si mesmo, mas uma criação moderna forjada na Europa a partir do encontro entre as estruturas de poder político e econômico geradas na própria formação do Estado-nacional moderno. Neste sentido, a Teoria do Universo em Expansão poderá contribuir para a compreensão da instabilidade global contemporânea na medida em que explora as raízes do próprio funcionamento do sistema internacional – interestatal moderno, assim como, seus problemas e contradições que invariavelmente levam ao conflito e a guerra.

1.2 Estado da arte

A questão da instabilidade da ordem internacional contemporânea pode ser lida através de inúmeras abordagens teóricas. A presente dissertação, contudo, tendo por objeto a análise da Teoria do Universo em Expansão, limita o seu espectro de investigação apenas às teorias realistas que questionam o papel do *hegemon* na definição da estabilidade/instabilidade da ordem internacional. Neste contexto, Kindleberger, no seu livro *The world in depression 1929-1939*. (1973) defende a ideia de que a existência de um só país que exercesse o papel de estabilizador do sistema internacional garantiria o bom funcionamento do mesmo, assim como a própria manutenção da paz. Nesta seara, destaca-se a perspectiva de Robert Gilpin nos livros *The war and change in world politics* (1981) e *The political economy of international*

relations (1987), onde observa como fundamental a existência de um Estado hegemônico de predominância universal que possa conter os ânimos individualistas de um sistema internacional anárquico. Já na perspectiva de Charles Kindleberger, a importância de um Estado estabilizador do sistema internacional reside numa visão de cunho altruístico, na medida em que uma hegemonia exercida com intuito benevolente traria as condições necessárias para que os bens públicos globais pudessem ser plenamente providos (KINDLEBERGER, 1981). Em suma, as duas visões se diferenciam na medida em que Gilpin situa hegemonia como um elemento de autobenefício do próprio *hegemon*, enquanto Kindleberger percebe a necessidade deste ente estabilizador global como necessário ao bem comum global.

A Teoria dos Ciclos Hegemônicos apresenta pontos de originalidade relativamente a Teoria da Estabilidade Hegemônica, sobretudo no que diz respeito às transições hegemônicas. Nela se destacam investigadores como Giovanni Arrighi, George Modelski e Immanuel Wallerstein, cujo livro seminal *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI* (1979) é um marco nos estudos sobre sistema mundial moderno. Não obstante, nesta tese iremos focar em Arrighi e Modelski, por representarem em suas análises um melhor contraponto à *Teoria do Universo em Expansão* de Fiori. Neste contexto Giovanni Arrighi em seu livro *O longo século XX* (1996) coloca a questão dos ciclos sistêmicos de acumulação, onde o foco central recai sobre os aspectos econômicos do sistema internacional sob o ponto de vista da acumulação de riqueza na lógica expansionista do capitalismo. Paralelamente, George Modelski, em seu livro *Long cycles in world politics* (1987), aponta, de um ponto de vista mais político, para uma perspectiva sistêmica de ciclos de queda e subida entre potências declinantes e potências em ascensão. Neste sentido, as guerras globais delimitariam as mudanças nas ordens estabelecidas no sistema político e econômico internacional. Em comum, os dois autores observam os longos ciclos como delimitadores de um *modus operandi* da política internacional na medida em que seriam parâmetros para a compreensão sistêmica de um processo em movimento que seguiria um certo padrão de regularidade – mesmo que não necessariamente uniforme –, onde um Estado líder, ou hegemônico, teria a plena capacidade para o exercício de seu poder. Os longos ciclos da política

internacional, ou ciclos sistêmicos de acumulação, seriam, portanto, nesta perspectiva analítica, uma forma de ordenar o sistema internacional através da disputa interestatal e da guerra.

Cabe sublinhar a importância do historiador Fernand Braudel e sua obra clássica *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII: o tempo do mundo. Vol 3* (2009) nas análises de leitura sobre a modernidade dos autores já citados até aqui, assim como do próprio José Luís Fiori.

Braudel, em sua visão analítica, observa o sentido da história à luz da longa duração, ou seja, do tempo longo e estrutural. Neste sentido, contribui para os estudos sobre o sistema mundial-internacional no que diz respeito aos longos ciclos da política internacional, transições hegemônicas e processo de expansão e acumulação de poder e riqueza.

Também é de fundamental importância para a apreensão das origens teóricas que levaram José Luís Fiori a desenvolver a Teoria do Universo em Expansão, dissertar sobre o papel do estruturalismo latino-americano. Vertente intelectual de cunho econômico associada à Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), o estruturalismo latino-americano surge como uma original investigação a respeito das origens do subdesenvolvimento na América Latina; tendo como perspectiva fundamental a contestação ao pensamento da economia política clássica de que o subdesenvolvimento seria uma etapa anterior e inevitável para se alcançar o desenvolvimento.

Formulada e aprofundada originalmente por investigadores como Octavio Rodriguez em *O estruturalismo latino-americano* (2009); R. Prebisch em *Capitalismo periférico: crisis y transformación* (1981); Celso Furtado em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (2004), o estruturalismo latino-americano seria uma das bases teóricas para a Teoria do Universo em Expansão, na medida em que Fiori o instrumentalizaria para perceber o processo histórico de hierarquização do sistema internacional do ponto de vista da competição entre os Estados.

Por fim, a Teoria do Universo em Expansão, que é o objeto principal a ser esmiuçado nesta tese, tem como norteador a interpretação do sistema internacional pelo ótica da disputa do poder global e a partir da perspectiva da competição interestatal por expansão e acumulação de poder e riqueza. Neste sentido, buscaremos demonstrar que diferentemente das teorias sobre hegemonia, o sistema internacional é eminentemente hierárquico, competitivo e expansivo desde sua criação na Europa no início da modernidade. Sendo assim, buscaremos esmiuçar o que Fiori (2004, 2014, 2018, 2020, 2021b, 2023) analisa como um sistema internacional por si mesmo desordenado e instável; comparável a uma espécie de universo em expansão forjado num permanente e crônico manancial de eixos conflitivos.

1.3 Metodologia

A investigação será conduzida pela análise bibliográfica, a partir de um raciocínio indutivo; e em consonância com o método qualitativo. O objetivo fundamental da dissertação é defender que a Teoria do Universo em Expansão, elaborada por José Luís Fiori, pode fornecer um bom manancial teórico para a compreensão da instabilidade global contemporânea.

Para tal, a tese encontra-se estruturada em cinco partes fundamentais. Numa primeira parte, de modo preliminar, será apresentado o percurso de formação teórica de Fiori. Em seguida, serão introduzidas as teorias sobre hegemonia nas Relações Internacionais – nomeadamente a Teoria da Estabilidade Hegemônica e a Teoria dos Ciclos Hegemônicos –, salientando os pontos de proximidade e de diferença relativamente à Teoria do Universo em Expansão. Procurar-se-á mostrar:

- Que a Teoria da Estabilidade Hegemônica, ao colocar o *hegemon* como um elemento estabilizador do sistema internacional, não consegue dar conta de conjunturas internacionais como a atual, em que a instabilidade internacional é gerada pelo próprio *hegemon*;
- Que a Teoria dos Ciclos Hegemônicos constitui, por um lado, uma fonte essencial para a própria elaboração da Teoria do Universo em Expansão de

Fiori. Por outro, porém, considerando também o *hegemon* como elemento estabilizador, apresenta o mesmo limite epistemológico da Teoria da Estabilidade Hegemônica.

- Que a teoria do Universo em Expansão difere das outras teorias “hegemônicas”, porque considera a problemática da estabilidade/instabilidade como sendo secundária relativamente às ambições expansionistas dos Estados.

Os últimos dois capítulos serão dedicados a uma analítica reconstrução da Teoria do Universo em Expansão. Em particular, o quarto capítulo focar-se-á na leitura de Fiori sobre a gênese do sistema internacional moderno e, por conseguinte, das causas da sua estrutural tendência expansiva. O último será dedicado à interpretação de Fiori, com base no que os princípios da Teoria do Universo em Expansão fornecem, a respeito da formação e expansão do poder americano contemporâneo.

A análise demonstrará:

- Que a Teoria do Universo em Expansão pode fornecer um importante contributo para a compreensão da instabilidade no sistema internacional ao considerá-la como consequência da própria política internacional dos Estados Unidos da América e da necessidade permanente de expansão de seu poder;
- Que a lógica competitiva do sistema internacional, longe de ser um “dado natural”, representa o resultado histórico do processo de hegemonia ocidental no mundo e, portanto, da relação peculiar entre o poder das trocas e o poder político que se instaurou na Europa no começo da modernidade. Neste sentido, a Teoria do Universo em Expansão poderia contribuir para o debate a respeito de novas abordagens para a construção de um sistema internacional mais estável, pacífico e harmônico.

2 As bases teóricas do pensamento de José Luís Fiori

José Luís Fiori é professor emérito de Economia Política e de Ética dos Programas de Pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI) e em Bioética e Ética Aplicada (PPGBIOS), ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do Grupo de Pesquisa (GP) Poder Global e Geopolítica do Capitalismo, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e do Laboratório de Ética e Poder Global, do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada (NUBEA-UFRJ); e pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (FIORI, 2023, p.7).

Nascido na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, Fiori inicia sua trajetória intelectual mais intensa aos 19 anos, em 1965, quando é obrigado a se exilar no Chile em razão da ditadura militar do Brasil ter-lhe retirado a nacionalidade brasileira.

Vivendo como apátrida naquele país sul-americano, então governado por Salvador Allende, Fiori completa sua formação acadêmica, onde estudou sociologia, filosofia e economia até os 28 anos de idade, quando é obrigado novamente a se exilar por conta do golpe de Estado perpetrado por Augusto Pinochet (FIORI, 2021a).

A trajetória investigativa e intelectual de José Luís Fiori é um tanto multidisciplinar, em razão de sua formação acadêmica em vários campos do saber e seu entusiasmo pela dialética da história, que segundo o próprio:

veio da minha admiração pelo pensamento de Heráclito e se estendeu até Hegel e Marx; em segundo lugar, meu “ceticismo radical”, que veio também da filosofia grega, se consolidou com minha leitura de Sexto Empírico, e depois passou por Montaigne e Hume, chegando até o debate epistemológico do século XX, entre Popper, Lakatos, Feyerabend, Bachelard, Kuhn, Prigogine etc.; e, finalmente, meu “hiper-realismo político”, que vem de Tucídides, passa por Maquiavel (o maior de todos os meus mestres) e Hobbes e se consolida com o estudo das teorias realistas da teoria política e da economia política internacional contemporânea, que vão de Edward Carr a John Mearsheimer, para citar apenas dois nomes. E sublinho aqui o “prefixo hiper”, por incluir no meu campo de estudo, com toda a dignidade de um “objeto

científico”, aquilo que os cientistas políticos costumam descartar como “teoria da conspiração”.

Já no século XX, e no campo em que venho atuando nos últimos anos, sublinharia a influência decisiva de alguns historiadores e cientistas sociais que trabalharam com as “grandes durações” e os grandes conflitos de poder do sistema mundial, como é o caso dos teóricos do imperialismo – Hobson, Hilferding, Bukharin e Schumpeter –, mas também o próprio Marx, Max Weber, Karl Polanyi, Norbert Elias, William McNeill, Charles Dawson, Fernand Braudel, Charles Tilly, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, que são os que mais me influenciaram. Por outro lado, no campo da economia propriamente dita, sofri influência sobretudo da economia política clássica e dos seus autores heterodoxos, começando por William Petty e o próprio Marx, seguindo com List e Hamilton; e no século XX, Keynes, Kalecki, Steindl, ao lado da escola estruturalista latino-americana, com Prebisch, Furtado, Pinto, Vuscovich, Conceição, Lessa etc. (FIORI, 2021a).

Compreendendo, portanto, tantas influências intelectuais, o caminho de investigação de Fiori em direção a teoria do Universo em Expansão poderia ser contextualizado a partir de seus estudos originários sobre as teorias da dependência, em particular o estruturalismo latino-americano, corrente teórica fundamental para a percepção da originalidade de seu pensamento, forjado desde os tempos de estudante no Instituto de Sociologia da Universidade do Chile, onde foi aluno de Gunder Frank e Enzo Faletto – professores e investigadores, que apesar de europeus, aderiram e incorporaram às teorias da dependência quando lecionavam no país socialista sul-americano.

Tendo sido uma das poucas abordagens teóricas concebidas na periferia do sistema internacional, o estruturalismo latino-americano se apresenta como um interessante arcabouço para a compreensão das:

especificidades de uma região e encontrar respostas para seus problemas e dilemas. Fundamentado em uma concepção histórico-estrutural sobre a inserção dos países latino-americanos na economia capitalista internacional, o conjunto de ideias que se formou nessa escola de pensamento apresenta, como uma de suas maiores contribuições, o desenvolvimento de uma linha interpretativa autônoma para entender a realidade política, econômica, social e cultural dessas nações. Trata-se, desse modo, de um indubitável esforço de construir uma corrente teórica única e original no campo da Economia Política e das Relações Internacionais (LAMEIRAS, 2016, p. 60).

Sendo assim, o estruturalismo latino-americano, ou escola estruturalista, nasce como uma concepção teórica de cunho eminentemente econômico que buscava, a

partir de intelectuais vinculados a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), compreender o funcionamento do sistema capitalista mundial pela ótica “Centro-Periferia”, ou seja, do ponto de vista de um mundo dividido entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (LAMEIRAS, 2016, p. 61).

Tal perspectiva teórica, inclusive, viria originalmente a contrastar a lógica acadêmica da tradição ocidental forjada na bipolaridade geopolítica que dividia o mundo, à época da guerra fria, em Leste e Oeste.

Nascia assim uma perspectiva teórico-acadêmica que viria a contemplar as reivindicações do chamado “Terceiro Mundo” a partir da divisão Norte-Sul. Uma visão sistêmica sobre a brutal desigualdade do capitalismo em escala mundial, onde num sistema econômico global e hierarquizado, o ritmo do crescimento seria eminentemente desigual, assim como o próprio progresso tecnológico (FIORI; MEDEIROS, 2001, p. 42).

Neste sentido:

Abundantes nos países centrais e carentes na periferia do mundo, o conhecimento técnico e a pesquisa científica, ao estarem estreitamente vinculados ao aumento de produtividade na atividade industrial e à produção de bens com alto valor agregado, constituem um diferencial de competitividade, que sempre tenderá a beneficiar os países que deles fazem uso. Sendo assim, a reprodução de um comércio injusto será, em grande medida, tributária do atraso tecnológico que caracteriza a pauta exportadora dos países periféricos (LAMEIRAS, 2016, p. 65).

Nesta perspectiva, a originalidade do estruturalismo latino-americano viria também da ideia de que o subdesenvolvimento não seria uma mera etapa anterior ao desenvolvimento. Ou seja, o suposto comércio internacional equânime defendido pela economia política clássica seria uma falácia (FIORI; MEDEIROS, 2001, 41) e, portanto, segundo o estruturalismo latino-americano os países centrais, ou desenvolvidos:

se aproveitaram da acumulação de capital advinda de suas atividades mercantilistas, colônias e imperiais, ocuparam, desde cedo, posição privilegiada no sistema capitalista internacional, ao passo que aos países latino-americanos, submetidos a toda sorte de dominação política e econômica que o jugo colonial lhes impunha, só restou aceitar as regras do jogo de uma divisão internacional do trabalho hierarquizada e desigual (LAMEIRAS, 2016, p. 65).

Em suma, o estruturalismo latino-americano teria sido uma reflexão sistêmica, a partir de um ponto de vista autóctone, sobre as condições e especificidades político-econômicas da região perante o resto do sistema capitalista, em uma perspectiva estrutural de longo prazo, e realçando as brutais condições periféricas impostas pelas restrições externas ao crescimento (FIORI; MEDEIROS, 2001, p. 43).

Em todo este contexto, e na perspectiva teórica de José Luís Fiori, o estruturalismo latino-americano teria tido importância fundamental para que o autor pudesse alcançar um olhar sistêmico sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo em escala global, assim como, um olhar sobre as profundas condições hierárquicas nas relações comerciais entre o centro e a periferia do sistema econômico mundial (FIORI; MEDEIROS, 2001).

Dito isto, na mesma perspectiva em que o pensamento teórico de Fiori se utilizaria dos conceitos já mencionados do estruturalismo latino-americano, por outro lado, o próprio autor reconheceria o que para ele seriam limitações teóricas do pensamento estruturalista, em particular no que diz respeito aos aspectos da política, onde as relações de poder ocupariam espaço eminentemente secundário na leitura histórica do estruturalismo latino-americano. Neste sentido, Fiori veria espaço teórico para aprofundar, a partir do próprio arcabouço teórico acumulado do pensamento estruturalista latino-americano, sua pesquisa sobre o processo histórico de hierarquização do sistema capitalista mundial, não sob a lógica estruturalista da desigual difusão tecnológica e de inovação entre países centrais e periféricos, mas sob a égide pouco compreendida entre os estruturalistas da competição entre os Estados e suas “determinações geopolíticas que atuaram favorecendo a supremacia da Inglaterra, e depois dos Estados Unidos, dentro e fora da Europa” (FIORI; MEDEIROS, 2001, p. 46).

Neste sentido, Fiori veria um problema basilar no pensamento estruturalista latino-americano, que pressupondo a existência de um interesse nacional dos países periféricos, deixaria de lado aspectos como a dominação política entre Estados mais elevados hierarquicamente no sistema capitalista sobre aqueles periféricos, assim como, a própria competição por poder que envolveria esta dominação. Do ponto de

vista dos estruturalistas, portanto, o problema da desigualdade entre países centrais e periféricos residiria tão exclusivamente no âmbito da economia.

Segundo Fiori, trata-se de uma leitura das relações hierárquicas mundiais eminentemente binária e linear, sublinhando que os estruturalistas latino-americanos:

nunca estudaram nem se interessaram por geopolítica internacional, e por isso nunca compreenderam a existência nem o funcionamento do núcleo central do sistema, composto por um número limitado de Estados que competem entre si e condicionam a dinâmica global a partir de sua própria competição. A longa guerra de 30 anos da primeira metade do século XX e a própria Guerra Fria ocupam lugar absolutamente secundário na sua análise (...), uma leitura, segundo eles, por capitais, empresários e coalizões de poder, como se geopolítica se reduzisse a alguns tipos básicos de relacionamento competitivo ou associado, entre um mesmo centro e vários Estados e economias periféricas – uma arquitetura de poder estática, que iria mudando sua forma, mantendo a mesma estrutura básica, através da história” (MEDEIROS; FIORI, 2001, p. 48-49).

Portanto, a crítica de Fiori aos estruturalistas latino-americanos seria de que os mesmos teriam sim compreendido a importância da dinâmica nas relações entre centro e periferia, porém, com um viés eminentemente econômico do funcionamento do sistema mundial, sonegando aspectos essenciais como o problema dos territórios e o caráter global da competição política interestatal como cerne do próprio capitalismo.

Dentro de toda esta perspectiva teórica, poderíamos então supor que Fiori se apropria de elementos do pensamento estruturalista latino-americano para desenvolver sua própria teoria, a do Universo em Expansão, que ao longo desta tese iremos esmiuçar.

Neste diapasão, cabe ressaltar, que em sua releitura do pensamento estruturalista latino-americano, José Luis Fiori caminha em direção a uma readaptação deste pensamento a luz de uma análise peculiar da dinâmica do sistema internacional, onde “considera os limites dos desenvolvimentos regionais e nacionais do sistema capitalista a partir de suas posições conquistadas historicamente dentro das hierarquias geopolíticas e geoeconômicas do próprio sistema” (MEDEIROS; FIORI, 2001, p. 51).

Sendo assim, Fiori buscaria reinterpretar as teses estruturalistas a partir de seus estudos em parceria com a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria da Conceição Tavares, sobre a suposta crise da hegemonia americana dos anos 1970.

Neste momento, enquanto a grande maioria dos autores que investigavam tal fenômeno viam um declínio da supremacia dos Estados Unidos no sistema internacional, Maria da Conceição Tavares – mais pelo aspecto econômico –, e José Luis Fiori, iriam por um caminho analítico onde perceberiam uma mudança de rumo proposital com o intuito de retomar o próprio potencial hegemônico (FIORI, 2004, p. 7). Isto se confirma no próprio depoimento de Fiori a respeito de suas investigações para a tese de doutorado, que tratava da crise do desenvolvimentismo brasileiro nos anos 80, quando chega a conclusões que fogem aos aspectos meramente nacionais do problema:

Foi nessa época que li pela primeira vez a trilogia de Braudel sobre a civilização material e capitalismo e retomei então minha “preocupação hegeliana” com os tempos históricos e o desafio de juntá-los numa mesma análise conjuntural. E foi essa tentativa de os dois tempos – estrutural e conjuntural – que me levou à tese de doutorado. Acho que o que ficou daquela tese é menos sua análise da crise do Estado desenvolvimentista brasileiro e mais a questão do método, a combinação do tempo conjuntural com o tempo estrutural, a combinação da dimensão nacional com a internacional e, finalmente, da política com a economia, sem cair em nenhum tipo de economicismo ou politicismo. Esse “novo olhar” me permitiu reinterpretar a crise do nosso desenvolvimentismo dos anos 1980 e perceber que o desenvolvimentismo brasileiro, militar e conservador acabou com a crise econômica mundial dos anos 1970 e com a mudança da estratégia econômica internacional e a geopolítica dos Estados Unidos dos anos 1980 (FIORI, 2021a).

Com este novo olhar, portanto, José Luis Fiori passaria a observar um problema regional com a lente maior dos movimentos e tendências de longo prazo do sistema internacional; tendo como ponto de partida a chamada crise da hegemonia americana iniciada nos anos 70. Sendo assim, e neste novo horizonte analítico, Fiori observaria, para além da perspectiva de longo prazo, as transformações movidas e impulsionadas pelos processos simultâneos de acumulação e centralização do poder e da riqueza levados a cabo pela lógica da competição permanente entre os Estados nacionais no sistema internacional.

Em suas próprias palavras:

Esta proposta metodológica de interpretação das mudanças do sistema mundial desenha uma agenda ou programa de pesquisa de natureza histórica, na qual o problema do desenvolvimento desigual do capitalismo reaparece estreitamente vinculado à competição entre os Estados pelo poder e pela riqueza mundiais, o que coloca a questão teórica e histórica das relações contraditórias: i) entre a natureza simultaneamente nacional e internacional do capital; ii) entre a natureza global dos fluxos econômicos e sua gestão política pluriestatal; iii) entre a “vocação” liberal-internacionalizante do capital e sua permanente necessidade de associar-se às máquinas estatais de poder territorial; iv) e entre a vocação ao império mundial, do capital financeiro, e a multiplicidade de “vocações imperiais” dos poderes políticos (MEDEIROS; FIORI, 2001, p. 52).

Neste sentido, a importância do historiador francês Fernand Braudel (2009) muito viria a calhar para a mudança de chave na investigação de Fiori, pois agregaria em termos teóricos novas abordagens que trabalhariam, desde meados dos anos 70, com os conceitos de economia-mundo e sistema mundial de maneira muito peculiar.

A abordagem teórica de Braudel, portanto, enriqueceria, segundo Fiori, a própria tradição do pensamento estruturalista na medida em que se proporia a estudar o processo de expansão do sistema mundial-internacional, e a própria constituição do capitalismo global, sob a égide do poder, e onde é sublinhada a importância vital da aliança entre o Estado e o capital para que um processo de expansão e acumulação pudesse ocorrer.

Neste sentido:

Braudel revolucionou a leitura da história econômica ao privilegiar o tempo longo e estrutural no estudo da constituição dos mercados e da economia-mundo capitalista, em torno do Mediterrâneo, a partir do século XIII. Sua visão dos tempos históricos e, sobretudo, da longa duração das estruturas econômicas, e sua definição do capitalismo, oposta à da economia de mercado, como o espaço dos “grandes predadores” associados ao poder político, abriram as portas a nova teoria sobre as origens da modernidade (MEDEIROS; FIORI, 2001, p. 53).

A importância do pensamento de Braudel, em suma, para o aprofundamento teórico que levaria Fiori a desenvolver a sua Teoria do Universo em Expansão, residiria na ideia central da importância dos Estados nacionais e seus impulsos expansionistas

territoriais no sentido de construir os mercados a partir de suas próprias economias nacionais. Neste diapasão, do ponto de vista braudeliano, segundo Fiori, a vontade política dos Estados sempre foi o fator preponderante para a construção do sistema capitalista e seus mercados, e não uma “evolução espontânea do próprio mercado” (MEDEIROS; FIORI, 2001, p. 54), sendo assim, a articulação e integração das economias regionais teriam ocorrido a partir de uma rede construída pelo comércio de longa distância através do poder expansivo dos próprios Estados. Não por acaso, segundo esta lógica, os primeiros Estados nacionais eminentemente capitalistas nascidos na Europa teriam sido exatamente França e Inglaterra.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, outros autores fundamentais para a compreensão da Teoria do Universo em Expansão teriam sido Charles Tilly (1996) e Norbert Elias (1990) que, partindo de pesquisas similares a Braudel, viriam a complementar o arcabouço teórico que Fiori necessitava para levar adiante sua tese sobre a lógica de expansão e acumulação de poder e riqueza inerente, segundo ele, ao próprio sistema interestatal.

Neste sentido, Charles Tilly e Norbert Elias contribuiriam, e muito, para o desenvolvimento da Teoria do Universo em Expansão na medida em que suas investigações contemplavam a ideia de uma certa expansão coercitiva do poder territorial inerente a formação do próprio sistema de Estados nacionais nascidos na Europa. Tal sistema, segundo a perspectiva de Tilly, teria sido fruto de uma nova forma de imposição de poder coercitivo, criada pelos próprios europeus como contraponto aos grandes impérios asiáticos, mais ricos e sofisticados à época. Neste novo modelo, o dinamismo gerado pela fragmentação competitiva dos pequenos territórios belicistas teria se desdobrado ao longo de séculos, do ano 1000 até meados de 1815, “em um conjunto de relações de troca e acumulação de capital, concentradas em algumas cidades europeias, com um conjunto de relações de coerção, que estão na origem do poder territorial dos Estados.” (MEDEIROS; FIORI, 2001, p. 56).

A guerra, portanto, no olhar analítico de Tilly, ganharia papel central em sua hipótese sobre a origem da “fragmentação criativa” da Europa, pois seria a própria guerra o motor desta dinâmica fragmentária competitiva de uns contra os outros. O que também na perspectiva de Norbert Elias, por um caminho similar, corresponderia aos

seus estudos sobre as origens dos Estados nacionais. Estados estes nascidos através de um longo processo de concentração de poder territorial, cujos primórdios teriam ocorrido no norte da Itália em seminais formas de acumulação de poder e riqueza (METRI, 2012); tendo se desenvolvido de maneira mais perene no norte da Europa através dos pequenos núcleos imperiais oriundos da fragmentação do império de Carlos Magno.

Neste sentido, Norbert Elias buscaria explicar a formação dos monopólios territoriais que se desenvolveram através do “movimento germinal da concentração e centralização do poder” (MEDEIROS; FIORI, 2001, p. 57), levado a cabo pela pressão competitiva entre as próprias unidades territoriais em seus conflitos de poder.

Destas duas perspectivas sobre as origens do Estado nacional, Fiori viria a desenvolver a Teoria do Universo em Expansão através de seus estudos iniciáticos sobre a suposta crise da hegemonia americana nos anos 1970; tendo como norte central a ideia do Estado moderno como uma forma de poder eminentemente territorial, porém, amalgamado numa “combinação expansiva do poder com as finanças e os territórios, circunscritos cada vez mais pela competição e pelas guerras com outros poderes dotados da mesma necessidade expansiva” (MEDEIROS; FIORI, 2001, p. 58).

Cabe salientar, inclusive - e levando em consideração que a Teoria do Universo em Expansão nasce de um questionamento sobre uma suposta crise da hegemonia dos Estados Unidos no início dos anos 1970 –, a necessidade de dedicarmos atenção especial nesta tese a duas teorias complementares entre si e que nascem dos mesmos questionamentos: a Teoria da Estabilidade Hegemônica e a Teoria dos Ciclos Hegemônicos, cujos autores defendem abertamente ideias que serão posteriormente confrontadas pela perspectiva oposta apresentada pelo professor José Luis Fiori em sua Teoria do Universo em Expansão.

3 Hegemonia e estabilidade internacional

Em meados da década de 1970, como uma resposta de alguns acadêmicos à crise ou declínio do poder americano assinalada entre 1968 e 1973, e que diria respeito aos aspectos militar – relativo às dificuldades cada vez maiores das forças armadas dos Estados Unidos no Vietnã –, e financeiro – quando o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos percebeu as sérias dificuldades em preservar o modo de emissão e regulação do dinheiro mundial (ARRIGHI, 1996, p. 310), o sistema internacional viveria a perspectiva do fim do sistema de Bretton Woods que, caminhando concomitantemente a disruptiva derrota americana no Vietnã, traria um novo paradigma no sistema financeiro internacional onde:

Desenvolveu-se, pois, uma estrutura organizacional que, para todos os fins práticos, estava fora do controle dos bancos centrais, que regulava a oferta de dinheiro no mundo de acordo com o regime de taxas de câmbio fixas estabelecido por Bretton Woods. Enquanto este regime foi escorado por grandes reservas de ouro e por um considerável superávit corrente no balanço de pagamentos norte-americano, o desenvolvimento do mercado de eurodólares mais fez contribuir do que prejudicar os objetivos internos e externos do poder definidos pelo governo dos Estados Unidos. Ele fortaleceu o papel do dólar como moeda mundial, facilitou a expansão global do capital das corporações norte-americanas e tornou esta expansão financeiramente auto-suficiente, mediante a tomada de empréstimos na Europa (ARRIGHI, 1996, p. 311).

Este novo paradigma, que não se restringiria ao aspecto financeiro, mas ao sistema internacional como um todo – e que citamos aqui apenas como um primeiro passo para chegarmos à Teoria do Universo em Expansão e às razões da instabilidade global contemporânea –, será o ponto de partida para assimilarmos as diferentes teorias sobre hegemonia, fundamentais contrapontos à própria tese que iremos defender, quais sejam: a Teoria da Estabilidade Hegemônica e a Teoria dos Longos Ciclos Hegemônicos.

Antes, porém, de apresentarmos as teses fundamentais destas teorias, é necessária uma breve análise para uma clara compreensão do conceito de Hegemonia.

3.1 O conceito de hegemonia

Tendo em vista que o conceito elementar do termo hegemonia refere-se a dominação exercida durante um determinado período de tempo de ascensão e declínio de um poder que posteriormente será substituído por outro (ARRIGHI, 1996, p. 27); hegemonia, portanto, seria a relação entre um dominante e um dominado, ou a dominância de um grupo, nação, ou cultura sobre outros. Em suma, a ocupação de uma posição dominante dentro de um sistema, mais especificamente um sistema de poder (GRAVIS, 2019, p. 3).

Trazendo o conceito de hegemonia para suas origens mais remotas, poderíamos mencionar o historiador grego Tucídides, que em sua obra clássica *História da Guerra do Peloponeso* (2001) contextualiza a questão da liderança de Atenas sobre as outras cidades-estado gregas representadas na Liga de Delos.

Segundo Tucídides, haveria uma distinção significativa entre hegemonia pura e simples e sua precondição fundamental representada pela palavra grega *arkhe*.

Para Tucídides a hegemonia de Atenas sobre as outras cidades-estado na antiga Grécia, para além de uma hegemonia meramente militar, trataria-se de um “privilégio”, uma honra que se sustentaria nos benefícios inerentes ao acesso material ao mercado ateniense, mas principalmente, a admiração e ao respeito pelos aspectos artísticos e intelectuais de Atenas.

Sendo assim, a hegemonia de Atenas na Liga de Delos, o *arkhe*, seria uma combinação de poder militar e econômico com liderança de cunho ético-moral (GRAVIS, 2019, p. 4).

Trata-se então de uma autêntica *leadership* no sentido de uma dominação que caminha em concordância com a hegemonia pura e simples, o que não sugeriria uma liderança “normal” – uma forma, portanto, de tirania -, mas algo que tivesse como

intuito primordial o interesse geral, ou seja, uma hegemonia legitimada pela própria liderança (MODELSKI, 1987, p. 18).

Seguindo uma linha de pensamento similar, o sentido gramsciano de hegemonia condiciona a liderança a algo transcendente a ideia de dominação pura e simples, uma capacidade de liderança diferente de dominação – mesmo que associada a esta – e que seria vinculada ao exercício da liderança intelectual e moral, ou nas palavras de Antonio Gramsci:

A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como dominação e como liderança intelectual e moral. Um grupo social domina os grupos antagônicos, que ele tende a liquidar ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados. Um grupo social pode e, a rigor, já deve exercer a liderança antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para conquistar tal poder); posteriormente, ele se torna dominante ao exercer o poder, mas, ainda que o detenha firmemente nas mãos, também tem que continuar a liderar (GRAMSCI, 1971, p. 51-58).

Portanto, a hegemonia na perspectiva do pensador italiano Antonio Gramsci pressupõe um certo grau de consentimento, o que amplifica o mero exercício do poder associado a dominação, algo que, inclusive, dialogaria com a concepção de Maquiavel sobre o poder, que segundo ele, seria uma combinação de consentimento e coerção (ARRIGHI, 1996, p. 28).

Neste sentido, o exercício da hegemonia deve considerar a gama de interesses e sutilezas dos atores sobre os quais esta liderança será exercida. Para que isso ocorra, portanto, quem exerce a dominação terá que abrir mão de parte de seu poder em nome desta liderança, mesmo que para isso seja necessário um certo sacrifício em seus privilégios (GRAMSCI, 1971, p. 161).

Dentro deste raciocínio, os atores particulares teriam seu desenvolvimento subordinado a um ente mais amplo e de cunho universal, sendo este ente hegemônico o legítimo representante dos anseios e interesses destes atores particulares. O que do ponto de vista da luta de classes, seria a classe dominante a legitimar o seu poder e a sua proeminência dentro do aparelho estatal a partir de um consenso, uma aceitação, por parte das classes dominadas. Sendo, para isso, necessária a manutenção deste consenso, sob o risco desta liderança perder sua legitimidade e transformar-se em

mera dominação, o que requereria o exercício arbitrário da coerção estatal por parte das classes dominantes (GRAMSCI, 1971, p. 272).

Em suma, a hegemonia em Gramsci seria o exercício de liderança de um grupo dominante que teria legitimidade na alegação deste grupo como representante de um interesse geral.

Cabe mencionar, que mesmo que na visão gramsciana o conceito de hegemonia diga respeito meramente à dinâmica das relações entre grupos sociais e não entre Estados, é perfeitamente concebível que tal conceito seja usado analogamente para as relações interestatais, visto que, segundo Giovanni Arrighi, um “Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico um Estado dominante” (ARRIGHI, 1996, p. 29).

Portanto, para o também marxista Giovanni Arrighi, a percepção de hegemonia se confundiria com o controle do Estado e sua classe capitalista dominante sobre os eixos estruturais das relações econômicas internacionais, onde a estabilidade relativa seria o resultado deste período de organização hegemônica do sistema capitalista internacional (FARIA, 2013, p. 214).

Porém, de acordo com Silva et al. (2020, p. 60) diferentemente de Gramsci, para Arrighi:

A hegemonia é a associação entre poder coercitivo e aquiescência, a qual é ampliada pela liderança intelectual e moral exercida pelo Estado hegemônico. O autor reformula a concepção de Maquiavel, segundo a qual o poder é interpretado como a combinação de uma variedade de formas, variando desde o uso da força (da ameaça do uso da força à guerra), passando pelo poder econômico (uso do dinheiro para comprar aliados e corromper inimigos), até o poder do convencimento e da diplomacia (SILVA et al., 2020, p. 60).

Sendo assim, para Arrighi, não só a liderança intelectual e moral representaria instrumentos cabíveis para o exercício da hegemonia, mas também a utilização do poder financeiro através do controle dos meios de pagamento da política internacional. Dentre elas, as redes financeiras de crédito e dinheiro; as produtivas, nomeadamente,

comércio e agregação de valor; bem como, obviamente, o poder militar, equilibrando assim coerção e consentimento (FARIA, 2013).

Por outro lado, e aprofundaremos isso mais a frente, determinados autores da escola realista das Relações Internacionais, mais especificamente aos neorrealistas Robert Gilpin e Charles Kindleberger, observam a configuração do ambiente de uma ordem hegemônica como a capacidade de obrigar o comportamento geral, assim como, ditar as regras da ordem internacional instaurada através de um Estado provedor de bens públicos de caráter universal para uma necessária estabilidade do sistema internacional.

Seguindo uma linha diversa destes autores neorrealistas, o conceito de hegemonia de Robert Cox segue um caminho que contraria o que para ele seria uma errática percepção do Estado hegemônico como agente solucionador de problemas universais a nível global. Neste sentido, sua chamada teoria crítica diria que:

O contraste entre as duas visões é marcado, primeiro pela perspectiva totalizante contra o particularismo da visão tradicional; segundo, pela historicidade de uma em oposição ao abstracionismo da outra; terceiro, pela consideração da mudança como elemento central da realidade a ser explicada versus o cenário estático, o quadro fixo da ortodoxia; e, quarto, a teoria crítica vê a possibilidade da transformação social e política enquanto o ponto de vista conservador busca a restauração da ordem (COX apud FARIA, 2013, p. 215).

Em seu pensamento, Robert Cox defende a ideia de que para convencer os outros Estados a seguirem sua liderança, o Estado dominante se utiliza de instrumentos relacionados ao aparato burocrático e as instituições estabelecidas no âmbito das organizações internacionais com o intuito de corporificar as regras para a expansão de sua hegemonia; legitimando “ideologicamente as normas impostas ao definirem diretrizes políticas” (COX apud SILVA et al., 2020, p. 60).

Dentro deste ponto de vista, a ordem internacional seria como um sistema de hegemonia que definiria a hierarquia de poder de suas forças sociais transnacionalizadas; com o Estado se articulando estruturalmente para moldar a ordem internacional onde as capacidades materiais, ideias e instituições não seriam afeitas a qualquer determinismo unilinear dentro desta relação recíproca.

O Estado, as forças sociais, e a ordem internacional constituiriam uma amálgama representativa de um sistema de forças determinantes para o exercício da hegemonia; levando a “interpretação da ordem internacional como um sistema de hegemonia que define a hierarquia de poder, o lugar e a função de cada um de seus elementos constitutivos, Estados e forças sociais, em sua composição” (FARIA, 2013, p. 219).

Neste cenário, segundo Robert Cox, caberiam três elementos fundamentais para a concretização da hegemonia. O primeiro deles seria a capacidade material, onde se incluiriam as capacidades tecnológicas e os recursos naturais. O segundo elemento seria constituído pelas ideias, destacando-se os hábitos e padrões de comportamento que levam as pessoas a obedecerem normas, bem como as “imagens coletivas da ordem social compartilhadas por diferentes agrupamentos humanos em relação ao significado do bem público, da legitimidade do poder existente ou da justiça” (FARIA, 2013, p. 220).

Por fim, o terceiro elemento seria o arcabouço institucional; aquele capaz de manter perene uma determinada ordem estabelecida, o que permitiria, inclusive, manter sob o controle do que já está institucionalmente estabelecido e aceito as disputas e conflitos antagônicos dentro deste espaço pré-determinado. Podendo, portanto, dentro deste espaço controlado, ocorrer disputas entre posições opostas e instituições antagônicas.

3.2 A teoria da estabilidade hegemônica

Dentre as teorias sobre hegemonia que iremos esmiuçar neste trabalho, a Teoria da Estabilidade Hegemônica é de fundamental importância para o contraponto que iremos desenvolver a partir da perspectiva teórica do Universo em Expansão, de José Luís Fiori.

Como já mencionado na introdução deste trabalho, a Teoria da Estabilidade Hegemônica nasce da inquietação de cientistas sociais estadunidenses como Charles Kindleberger e Robert Gilpin, a respeito do momento histórico em que vivia o sistema internacional, onde o fim do sistema de *Bretton Woods* e a derrota dos Estados Unidos

no Vietnã trariam questionamentos sobre se haveria uma crise, ou mesmo declínio na liderança exercida pelos Estados Unidos da América.

Neste sentido, e como já mencionamos na introdução: guardadas as devidas diferenças entre os autores, a Teoria da Estabilidade Hegemônica percebia a necessidade de um só país que exercesse o papel de estabilizador para que se garantisse o bom funcionamento do sistema internacional.

Movidos, portanto, pela ideia geral de que a existência de um Estado hegemônico que estabilizasse o sistema internacional seria fundamental para a manutenção da paz, Gilpin e Kindleberger - inspirados por autores realistas clássicos como Raymond Aron e Edward Carr - veriam em suas perspectivas analíticas sobre a estabilidade hegemônica uma maneira de confrontar o risco da escalada de instabilidade que levaria a guerra em momentos de crise mundial.

Neste diapasão, e muito influenciada pela conjuntura histórica da época em que foi formulada, a Teoria da Estabilidade Hegemônica surge, portanto, da preocupação de seus formuladores não somente com a questão da guerra e da paz, mas também com o desarranjo econômico mundial que estaria ocorrendo no início dos anos 1970, similar ao que havia ocorrido na década de 1930 por ocasião da chamada Grande Depressão:

I argued that for the world economy to be stable, it needs a stabilizer, some country that would undertake to provide a market for distress goods, a steady if not countercyclical flow of capital, and a rediscount mechanism for providing liquidity when the monetary system is frozen in panic. Today I would add that the world leadership must also manage, in some degree, the structure of foreign-exchange rates and provide a degree of coordination of domestic monetary policies (KINDLEBERGER, 1981, p. 247).

Neste contexto, a Teoria da Estabilidade Hegemônica desenvolve-se na esteira de uma preocupação generalizada pela desordem e crise global instaurada a partir do chamado “ano zero” de 1970, onde o colapso do sistema econômico de *Bretton Woods* baseado no padrão dólar-ouro desencadeou-se afetando todo o sistema internacional e, portanto, segundo seus formuladores, a necessidade de um agente hegemônico estabilizador seria premente.

A percepção, portanto, de uma ordem internacional instável a partir da crise dos anos 1970 foi decisiva para a formulação desta teoria, que veria no poder de um Estado hegemônico o papel central de quem define, em uma relação hierarquizada, as regras e diretrizes de como irá funcionar o sistema internacional, cumprindo assim funções, segundo seus formuladores, necessárias ao exercício do poder.

Na perspectiva dos formuladores da Teoria da Estabilidade Hegemônica, portanto, o poder hegemônico era visto como uma espécie de liderança necessária ao bom funcionamento do sistema internacional, que por natureza, demandaria esta liderança para o bom funcionamento do próprio ordenamento global que, em última instância, em não havendo esta liderança – o vácuo gerado por tal ausência – levaria ao risco do caos e da própria guerra em âmbito global (MODELSKI, 1987).

Importante salientar, no entanto, que a despeito da Teoria da Estabilidade Hegemônica despertar legítimas suspeitas sobre a sua conveniência intelectual em colocar os Estados Unidos da América como a própria liderança necessária, ou *hegemon* necessário, diante de um sistema internacional em perigo, seria razoável pensar que seus formuladores viviam o calor das inquietações da época em razão da ameaça observada à estabilidade internacional proporcionada pelo sistema de *Bretton Woods*. Esta realidade, inevitavelmente trazia à memória destes autores comparações com o que foi a hegemonia global exercida pelo Reino Unido no período entre o século XIX e a Primeira Guerra Mundial, a chamada *Pax Britannica*, que, segundo esta visão teórica, teria assegurado ao sistema internacional relativa paz e segurança (GILPIN, 1981, p. 144). Diante desses fatos, e mesmo assim, para o bem e para o mal, também não deixaria de ser pertinente e legítima a crítica de que a Teoria da Estabilidade Hegemônica seria fundamentada em interesses intelectuais utilitaristas, tendo em vista que buscava realçar a liderança global americana como sendo algo necessária e, em última instância, boa para toda a humanidade (GRUNBERG, 1990, p. 447). Em suma, o simples fato de praticamente todos os formuladores da Teoria da Estabilidade Hegemônica serem de escolas de pensamento anglo-saxãs já denotaria o tom e a pertinência um tanto parcial desta perspectiva analítica.

Algo importante de sublinhar a respeito da Teoria da Estabilidade Hegemônica é a ideia central do papel de uma liderança global que possa fornecer os bens públicos

necessários à manutenção de um sistema internacional estável. Para os formuladores da teoria, portanto, mesmo a paz sendo um fim maior e o objetivo central de expressão máxima de um sistema internacional estável, para que isso ocorra, é essencial que a liderança representada pelo *hegemon* tenha a plena capacidade de prover os bens públicos capazes de pacificar a ordem política e econômica global (GILPIN, 1981).

Nesta ótica analítica, a resolução dos conflitos em âmbito global passaria necessariamente por uma liderança maior que no sentido não só político e econômico, mas também moral, estaria apta em prover os bens públicos que deteriam as disputas por poder entre os Estados, e assim, portanto, as tentativas de supremacia militar ou econômica de possíveis potências desestabilizadoras do sistema internacional. Sendo assim, o Estado provedor deste arcabouço de bens públicos globais estaria, em última instância, provendo proteção e bem-estar a todo o sistema internacional que estivesse inserido em sua esfera de influência, e se contrapondo às ações de cunho individualista de Estados que porventura tentassem atuar como *free-riders* em busca de seus próprios e egoísticos interesses (GILPIN, 1981, p. 16).

Neste contexto, a estabilidade internacional representaria por si mesma o bem público mais importante para o bom funcionamento da economia mundial e do sistema internacional; e seria possibilitada a partir do momento em que determinados fatores pudessem ser provisionados de maneira normalizada, dentre eles:

Mercados abertos para a livre circulação de mercadorias, políticas macroeconômicas coordenadas, sistema de taxa câmbio estável e políticas anti-cíclicas de longo prazo que proporcionariam a estabilidade em sua essência e evitaria, portanto, posturas individuais e egoísticas de Estados não-alinhados, o que levaria seus formuladores a indicar a liderança dos Estados Unidos da América como absolutamente fundamental para que o sistema internacional não desaguasse em caos e catástrofe, e que a ordem pudesse ser mantida e assegurada pelo *hegemon* (KINDLEBERGER, 1981).

Nesta perspectiva, atos desestabilizadores do sistema internacional seriam desestimulados pelo Estado que estivesse apto a exercer a função de liderança necessária a não permitir que o sistema entrasse numa espiral de equilíbrio não cooperativo. O que levaria a uma ideia geral, segundo a ótica dos formuladores da Teoria da Estabilidade Hegemônica, de que seria fundamental a preservação de um

poder hegemônico em um contexto global unipolar para que a estabilidade internacional pudesse ser garantida (LAYNE, 2012).

Buscando esmiuçar melhor a Teoria da Estabilidade Hegemônica, delimitaremos a partir daqui algumas características fundamentais de seus dois mais proeminentes formuladores, Charles Kindleberger e Robert Gilpin; onde observaremos algumas de suas diferenças mais marcantes.

No que concerne a Robert Gilpin, e numa perspectiva eminentemente realista, a ideia de que os Estados atuam como entes egoísticos e individualistas num contexto mundial anárquico levaria a necessidade de um poder hegemônico que detivesse uma predominância universal.

Neste sentido,

Political realism is, of course, the very embodiment of this faith in reason and science. An offspring of modern science and the Enlightenment, realism holds that through calculations of power and national interest statesmen can create order out of anarchy and thereby moderate the inevitable conflicts of autonomous, self-centered, and competitive states. If states would pursue only their own security interests (forsaking religious goals and ideology) and respect equally the vital interests of other states, a basis of compromise and orderly change would be possible (GILPIN, 1981, p. 226).

Nesta ótica analítica, um poder hegemônico com características de um império universal seria necessário para a contenção de forças revisionistas no sistema internacional, pois, para Gilpin, o sistema internacional se assemelharia a um sistema social onde os diversos atores (Estados) viveriam em intensa e constante busca por protagonismo, ampliação e conquista por poder. Diante deste cenário, para Gilpin, a manutenção da estabilidade demandaria um só poder que pudesse coordenar o sistema internacional a partir de sua própria liderança, evitando assim, que os atores políticos revisionistas pudessem triunfar em seus intuítos de mudança e em nome de seus próprios interesses (GILPIN, 1981).

Neste diapasão, a visão de Robert Gilpin se assenta na ideia de que um mundo bipolar, ou mesmo multipolar, seria danoso aos interesses de um sistema internacional estável pois:

Both bipolar and multipolar structures contain elements of instability, and the efforts by one or more states to improve their relative positions can trigger an uncontrollable train of events that can lead to international conflict and war. If the resultant war is of sufficient magnitude, it will cause a transformation in the system (GILPIN, 1981, p. 93).

Tal assertiva dialogaria com o pensamento de Tucídides (2001), a quem Gilpin inúmeras vezes se refere e se inspira em termos intelectuais, sobre as mudanças essenciais que de tempos em tempos ocorrem no sistema internacional e que se relacionariam com a ocorrência das guerras tanto convencionais, quanto hegemônicas. Nesta ótica, a estrutura do sistema internacional, e sua distribuição de poder entre os Estados, poderia ser estável ou instável.

Um sistema internacional estável se desenvolveria em um ambiente em que as mudanças ocorreriam sem ameaçar os interesses vitais das estruturas de poder dominante no sistema, enquanto que num sistema internacional instável as estruturas dominantes seriam corroídas por disputas de cunho tecnológico e econômico, o que, em tese, levaria a uma fricção belicista mais profunda entre os Estados, podendo precipitar uma guerra hegemônica (GILPIN, 1988, p. 592).

Num sistema internacional estável, portanto, existiria uma estrutura hierárquica de poder entre os Estados nacionais, e um *hegemon* incontestável.

Neste contexto, o pensamento de Robert Gilpin se situaria no terreno mais específico do neorealismo, ao invés do realismo clássico, por representar uma linha de raciocínio que a todo momento tentaria encontrar soluções para a manutenção da estabilidade e da paz internacional, mas dentro do espectro da liderança ou hegemonia dos Estados Unidos da América, revelando, portanto, uma certa conveniência metodológica do autor para a manutenção da ordem internacional estabelecida (GILPIN 1981).

Nesta seara, Gilpin seria classificado como um neorrealista que tenta encontrar soluções convenientes à manutenção da chamada *Pax Americana* e contornar seu declínio num mundo que, segundo ele, sempre teria se comportado da mesma maneira em diferentes épocas; como na interessante referência em que faz ao que pensaria o historiador clássico Tucídides, se este vivesse nos tempos atuais:

The basic assumption of this study has been that the nature of international relations has not changed fundamentally over the millennia. Believing that the past is not merely prologue and that the present does not have a monopoly on the truth, we have drawn on historical experience and the insights of numerous earlier writers. Although the purpose of this study has been to understand international political change, it also has assumed that an underlying continuity characterizes world politics: The history of Thucydides provides insights today as it did when it was written in the fifth century B.C. One must suspect that if somehow Thucydides were placed in our midst, he would (following an appropriate short course in geography, economics, and modern technology) have little trouble in understanding the power struggle of our age (GILPIN, 1981, p. 211).

Charles Kindleberger, por sua vez, observa a liderança global como uma necessidade capaz de estabilizar e coordenar o sistema internacional. Sendo assim, esta liderança necessária seria a responsável por toda a regulação do mercado mundial, que estaria sob o seu guarda-chuva institucional e sua esfera ideológica, nomeadamente, os valores liberais, que assim permitiriam a atuação do *hegemon* no contexto maior de coordenação de políticas macroeconômicas em âmbito global e na manutenção de um desenvolvimento mundial estável (MENDES, 2018, p. 442).

Neste diapasão, para Kindleberger, a hegemonia seria exercida com um intuito benevolente por um único Estado estabilizador, que assim teria as condições necessárias para prover bens públicos globais, nomeadamente, livre comércio e um sistema monetário internacional, dentro das regras de uma ordem liberal internacional.

Portanto, para Kindleberger, bens públicos, assim como bens privados, seriam perfeitamente aplicados no âmbito do sistema e da economia internacional. Sendo os bens privados necessários à manutenção de benefícios em âmbito nacional, enquanto os bens públicos cosmopolitas necessários à manutenção do funcionamento regular da economia mundial (KINDLEBERGER, 1981, p. 247).

Neste sentido, para Kindleberger, prover bens públicos seria a última trincheira para a manutenção de uma economia mundial e de um sistema internacional saudáveis, onde, em sua visão, bens públicos globais seriam sinônimo de estabilidade global.

Em tese, a perspectiva de Kindleberger se diferenciaria do olhar de Robert Gilpin no sentido de que, para ele, o Estado estabilizador teria um papel global altruísta e benevolente em nome de uma espécie de bem global comum, sendo assim, não

haveria perigo para o sistema internacional se o Estado estabilizador detivesse excesso de poder. Para Kindleberger, o risco para o sistema residiria em um poder hegemônico diminuto, que poderia colocar o sistema refém da não cooperação e de uma racionalidade individualística que levaria a um provável desastre coletivo (KINDLEBERGER, 1981, p. 253).

A questão para o autor residiria, portanto, em:

how to distinguish domination and exploitation from responsibility in the provision of cosmopolitan goods in the world economy, and whether there are not occasions when the world suffers from the underproduction of the public good of stability, not because of greedy vested interests and domination or exploitation, but because of the principle of the free rider (KINDLEBERGER, 1981, p. 247).

Diferentemente da perspectiva de Robert Gilpin, o *one stabilizer* de Robert Kindleberger atuaria em nome de um bem público global maior, lembrando o autor, que a maior lição do entre guerras residiria no fato de que para a economia mundial se estabilizar deve haver um estabilizador, um único estabilizador que provesse uma liderança motivada por um senso de obrigação e nobreza e estivesse preparado para conduzir as outras nações do sistema internacional (KINDLEBERGER, 1973).

Por outro lado, Robert Gilpin, como já mencionado anteriormente, percebendo a natureza egoística dos Estados nacionais, considera que a hegemonia no sistema internacional deve ser exercida primordialmente com um intuito de auto-benefício. Uma percepção, portanto, condizente com a perspectiva neorrealista de sua concepção de um hegemon com características imperiais universais:

The major difference between political realism and much contemporary theorizing about international relations is that realism assumes the continuity of statecraft. Realism is based on practices of states, and it seeks to understand how states have always behaved and presumably will always behave. It does not believe that the condition of anarchy can be transcended except through a universal imperium, and thus it contrasts with a powerful strain in contemporary thinking. The advance of technology may open up opportunities for mutual benefit, but it also increases the power available for political struggle. The advance of human reason and understanding will not end this power struggle, but it does make possible a more enlightened understanding and pursuit of national self-interest (GILPIN, 1987, p. 226).

Ao fim e ao cabo, tanto no que diz respeito ao *one stabilizer* de Robert Kindleberger, quanto no que diz respeito ao *universal imperium* de Robert Gilpin, ambas as perspectivas induzem a ideia de que um sistema internacional unipolar liderado pelos Estados Unidos da América é o melhor caminho para a estabilidade global, e, portanto, ambas as análises indicariam uma certa parcialidade em nome da manutenção de uma ordem já estabelecida.

Neste contexto, ambos os autores se encontrariam teoricamente em suas análises no sentido da possibilidade existencial de um governo mundial com valores e normas de cunho universal, mas gerido por uma espécie de ente estatal acima de todos os outros. Um superestado que se impusesse – mesmo que através da força – para promover a estabilidade do sistema internacional, e que ao mesmo tempo estaria beneficiando a si próprio.

Em suma, a Teoria da Estabilidade Hegemônica, em todas as suas vertentes analíticas, surge num contexto supostamente de crise, ou declínio da liderança e do exercício do poder dos Estados Unidos da América, buscando uma justificativa aparentemente utilitarista e plausível para legitimar a necessidade desta liderança ou exercício de poder. Perspectiva que ao longo deste trabalho será confrontada pela Teoria do Universo em Expansão de José Luís Fiori.

3.3 Os longos ciclos hegemônicos

Juntamente a ideia da suposta necessidade de um *hegemon* que possa conter um iminente colapso da estabilidade global, uma outra teoria que se coadunaria com a Teoria da Estabilidade Hegemônica seria a Teoria dos Ciclos Hegemônicos.

Levando em consideração as mesmas preocupações dos formuladores da Teoria da Estabilidade Hegemônica quanto a um suposto declínio da liderança global americana, os teóricos dos ciclos hegemônicos também buscavam, dentro de uma perspectiva realista das relações internacionais, perceber analiticamente os momentos críticos de risco de instabilidade global e escalada bélica a partir das chamadas transições hegemônicas.

Neste sentido, e por esta razão, a importância de mencionarmos esta teoria desenvolvida por autores como, Giovanni Arrighi e George Modelski, que também veriam a necessidade de um *hegemon* estabilizador, uma potência hegemônica que pudesse organizar e “governar” um sistema internacional, segundo eles, eminentemente hierárquico e que funcionaria ao longo dos últimos séculos em “uma espécie de ciclos hegemônicos liderados, sucessivamente, pelas Províncias Unidas no século XVII, pela Grã-Bretanha no século XIX e pelos Estados Unidos no século XX” (FIORI, 2004, p. 13).

Diante desta perspectiva, os longos ciclos hegemônicos, que George Modelski chamaria de longos ciclos da política internacional (MODELSKI, 1987), ou, segundo Giovanni Arrighi, ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996), teriam sua importância para a compreensão da dinâmica da ascensão e queda dos Estados hegemônicos dentro de uma abordagem cíclica em que seria possível detectar os Estados protagonistas em cada época, e os motivos da sucessão entre as potências declinantes e as ascendentes. Transições estas que, em geral, seriam precedidas por guerras mundiais, ou hegemônicas, e viriam acompanhadas de grandes ondas de inovação; dentro de um ambiente internacional de acirramento competitivo (MODELSKI, 1987, p. 1). Sendo assim, o processo de transição entre ciclos hegemônicos viria necessariamente acompanhado de intensa disputa tecnológica entre as potências desafiadas, onde a crescente incapacidade de liderança da potência mundial desafiada pressagiaria uma mudança sistêmica em âmbito global.

Desenvolvida, como já mencionado, principalmente por investigadores como George Modelski e Giovanni Arrighi, as teorias relacionadas aos ciclos longos da política internacional, ou aos ciclos sistêmicos de acumulação, ou genericamente, aos longos ciclos hegemônicos, nascem entre os anos 1970 e 1980 a partir de métodos de análise que preconizavam eminentemente os longos períodos históricos dentro de uma perspectiva sistêmica.

Em sua análise sobre os longos ciclos hegemônicos, George Modelski priorizaria os ciclos de queda e subida entre potências declinantes e potências em ascensão, onde as chamadas, segundo ele, guerras globais delimitariam dramáticas mudanças

definitivas na ordem estabelecida até então no sistema político e econômico internacional. Dentro desta ótica, para George Modelski, a questão do poder naval seria essencial à compreensão destas guerras globais por representar o alcance realmente mundial do poder de um Estado nacional. Em perspectiva geográfica, portanto, o poder naval seria decisivo nestas guerras fundamentais para a transição dos ciclos entre duas potências desafiantes.

Sendo assim, ao nos referirmos ao exercício de poder (liderança) da potência hegemônica, o exercício eminentemente de um poder marítimo ou naval, seria o único meio que possibilitaria o pleno exercício da liderança (poder) em âmbito global, como no caso das duas potências anglo-saxãs que exerceram sucessivamente suas hegemonias nos últimos duzentos anos:

For the first four global systems this meant, in essence, a preponderance of naval power and the capacity to organise and when necessary to interdict maritime communications. The British elevated this requirement to the status of a high art, devising a doctrine of 'command of the sea' which Mahan (1890) later rediscovered as sea power, and they made it a decision rule always to outbuild rival navies by a substantial margin, the 'two Power standard' (Moll, 1969, p. 11ff). In the contemporary global system the United States' control of ocean, air and electromagnetic space was uniquely preponderant and gave it unilateral deterrence until the early 1970s (MODELSKI, 1987, p. 153).

Por outro lado, na ótica de Giovanni Arrighi, o foco central se daria de um ponto de vista eminentemente econômico, em que as transições de longos ciclos sistêmicos do sistema mundial capitalista se dariam por meio da acumulação de riqueza, e onde sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação se dariam por meio de grandes expansões comerciais e financeiras (ARRIGHI, 1996).

Os longos ciclos, portanto, delimitariam o *modus operandi* da política internacional na medida em que seriam parâmetros para a compreensão sistêmica de um processo em movimento que seguiria um certo padrão de regularidade – mesmo que não necessariamente uniforme –, onde um Estado líder, ou hegemônico, teria a plena capacidade para o exercício de seu poder.

Os longos ciclos da política internacional, ou ciclos sistêmicos de acumulação, seriam, portanto, nesta perspectiva analítica, uma forma de ordenar o sistema

internacional através da disputa interestatal e da guerra, o que, mesmo não tendo exatamente o mesmo sentido para o investigador José Luís Fiori – dado que o mesmo não enxerga o sistema internacional como algo linear e ordenado – cabe citá-lo, pois o mesmo se apropria, em parte, da lógica analítica da teoria dos longos ciclos hegemônicos para desenvolver a sua própria teoria do Universo em Expansão:

A alta frequência de guerras acabou de soldar em definitivo o circuito acumulativo e automático que associava os processos de acumulação do poder e do capital, ampliando-se, assim, o espaço e o potencial da acumulação financeira do dinheiro pelo dinheiro, por meio da criação dos sistemas nacionais de créditos e de bancos associados às moedas e aos títulos da dívida pública dos seus próprios Estados nacionais. O movimento de internacionalização desses Estados e dos seus mercados e capitais seguiu a trilha aberta pela expansão e consolidação dos seus grandes impérios marítimos e coloniais. Foram sempre esses Estados expansivos e ganhadores – o núcleo das grandes potências – que lideraram o processo de acumulação de capital, a escala mundial. Por isso, pode-se dizer que o impulso imperialista foi sempre uma força, uma dimensão essencial e permanente do sistema interestatal europeu. Em suma, o sistema interestatal capitalista, criado pelos europeus, não apenas o produto da expansão dos mercados ou do capital; foi a criação do poder expansivo de alguns Estados europeus que conquistaram e colonizaram o mundo, durante os cinco séculos em que lutaram, entre si, pela conquista e monopolização de posições de poder e de acumulação de riqueza (FIORI, 2014, p. 25).

Este cenário, na visão analítica de Giovanni Arrighi, teria suas origens há seis séculos quando na Europa medieval, mais especificamente nas cidades-Estado do norte da Itália, foram pioneiras as configurações das redes de acumulação de capital que representaram o protótipo do que hoje é a estrutura da economia capitalista mundial (ARRIGHI, 1996, p. 87).

Este processo se daria quando na ausência daquilo que conhecemos hoje como Estado nacional, oligarquias capitalistas do norte da Itália conseguiriam forjar estruturas empresariais líderes, tanto nos processos de acumulação de capital, quanto nos processos de gestão do Estado e, sobretudo, da guerra. Neste sentido, todo um sistema de redes de acumulação de capital em amálgama com redes de poder possibilitou aquilo que Arrighi chamaria ciclos sistêmicos de acumulação, onde em seu auge ocorreria a expansão material, e em seu declínio a expansão financeira do capital; “momento em que os principais agentes empresariais da expansão comercial

anterior deslocam suas energias e seus recursos do comércio de mercadorias para o de moedas” (ARRIGHI, 1996, p. 88).

Estes pequenos enclaves capitalistas do norte italiano, portanto, e em particular Veneza e Gênova, aproveitando de sua relativa vantagem com relação às cadeias transacionais que se estendiam da Inglaterra até a China, conseguiram expandir-se comercialmente entre os séculos XIII e XIV num “complexo particular de agentes governamentais e empresariais, dotados da capacidade de levar a expansão da economia capitalista mundial um passo além” (ARRIGHI, 1996, p. 89).

Sendo assim:

Em suma, a prosperidade do enclave capitalista da Itália setentrional, durante a expansão comercial pan-eurasiana dos séculos XIII e XIV, baseou-se numa proliferação, em seu meio, de centros de comércio e acumulação politicamente autônomos, e numa divisão de trabalho entre esses centros, que reduziu os custos e os riscos de seu comércio (ARRIGHI, 1996, p. 92).

Uma expansão que revelou traços distintivos de um sistema que posteriormente daria vida ao que José Luís Fiori denominaria como sistema interestatal capitalista, algo, segundo ele, construído lentamente – entre os anos de 1150 e 1650, e que permitiu, ao longo dos séculos subsequentes, a revolução financeira do século XVII e a Revolução Industrial do século XIX, que afastaram definitivamente a Europa dos antigos impérios e civilizações que se mantiveram prisioneiros do jogo das trocas, como o mundo islâmico e o mundo sinocêntrico (FIORI, 2014, p. 26).

Dá-se, portanto, a configuração lenta e contínua da economia mundial europeia, simultaneamente em que se formavam os chamados Estados nacionais modernos a partir do “Longo século XVI”. Uma conjunção entre capital e Estado; tendo na figura do banqueiro um agente da expansão capitalista e ao mesmo tempo um financiador das guerras e da expansão ultramarina dos impérios europeus (FIORI, 2004).

Neste contexto, os longos ciclos da política internacional, ou na percepção de Giovanni Arrighi, ciclos sistêmicos de acumulação, se dariam entre períodos que variam das expansões às transições de poder; transições estas que seriam pontuadas por guerras globais, ou hegemônicas, onde definiriam-se os atores estatais mais aptos ao exercício das capacidades políticas, econômicas e militares.

Das primeiras potências mundiais do sistema interestatal, segundo as palavras de Maria da Conceição Tavares:

Portugal e Espanha tinham burguesias nacionais fracas e tiveram de apoiar nos banqueiros do Mediterrâneo para as suas expansões ultramarinas. A Holanda forjou o seu Estado Nacional na defensiva contra o Império Espanhol, mas possuía uma burguesia forte e altamente internacionalizada desde que o centro financeiro europeu se deslocara para Amsterdã (a expansão europeia do império de Carlos V custara a sobrevivência dos banqueiros árabes, italianos e alemães). Podemos dizer que a expansão mundial do capital teve, na Companhia da Índias Holandesas, a sua primeira grande empresa multinacional. No entanto a Holanda, não tendo por trás um projeto de Estado Nacional forte, não conseguiu assegurar um projeto imperial de dominação política de longa duração nem nas Américas nem na África (TAVARES apud FIORI, 2004, p. 111).

Desde então a ascensão e o declínio das potências mundiais, ou hegemônicas, se daria sucessivamente em ciclos longos de aproximadamente cem anos. Algo que remete a chamada Guerra dos Cem Anos italiana, que se encerraria com o Pacto de Lodi de 1454 (METRI, 2012) e marcaria o declínio das cidades-Estado do norte da Itália (ARRIGHI, 1996, 93). Um modelo sucessório de dinâmica cíclica a partir de então se instauraria em uma repetição que vai de Portugal, passando por Holanda, Grã-Bretanha, até chegar a atual potência hegemônica: os Estados Unidos da América (MODELSKI, 1987, p. 102).

Neste diapasão, a Teoria dos Longos Ciclos Hegemônicos diria que, cumprindo uma função específica de intervalo pacífico entre duas guerras, haveria um padrão não linear em direção a uma mudança da hegemonia mundial a partir de um processo de transição marcado pelo acirramento da competição e dos conflitos interestatais. Neste contexto, a potência hegemônica que não mais demonstrasse capacidade necessária para liderar o sistema internacional seria superada e substituída. Neste sentido, portanto, a guerra viria como um elemento definidor desta transição, ou nas palavras de George Modelski:

A global war is a decision to fill (and unfill) the position of leadership in the global political system. This is quintessential politics, the central process of the global political system. It marks the advent to leadership of a successful world power, and the exit of a retiring one, and it is a process that involves sanctions and deprivations in the sense of creating not only winners but also losers (MODELSKI, 1987, p. 36).

A guerra segundo Modelski, portanto, seria a prova de fogo que responderia a demanda pelo vácuo de liderança deixado pelo *hegemon*, o que na interpretação de Robert Gilpin sobre o conceito de guerra hegemônica, seria uma conflagração entre grandes potências definidora da mudança de ciclo no sistema internacional:

What, then, are the defining characteristics of a hegemonic war? How does it differ from more limited conflicts among states? In the first place, such a war involves a direct contest between the dominant power or powers in an international system and the rising challenger or challengers. The conflict becomes total and in time is characterized by participation of all the major states and most of the minor states in the system. The tendency, in fact, is for every state in the system to be drawn into one or another of the opposing camps. Inflexible bipolar configurations of power (the Delian League versus the Peloponnesian League, the Triple Alliance versus the Triple Entente) frequently presage the outbreak of hegemonic conflict (GILPIN, 1981, p. 199).

Um problema grave na perspectiva analítica dos longos ciclos hegemônicos, e que será confrontada pela pesquisa de José Luís Fiori, diz respeito justamente a ideia de que o *hegemon* estaria em declínio ou em crise, e, portanto, não teria mais capacidade de liderar o sistema internacional. Mesmo que a perspectiva de Fiori se utilize, em parte, da lógica de ciclos desenvolvida por Modelski e Arrighi, por outro lado, existe uma lógica inerente à própria disputa por poder e riqueza que as teorias sobre hegemonia já mencionadas neste trabalho pouco ou nada alcançam.

A partir do confronto entre a teoria de Fiori e as duas teorias complementares sobre hegemonia já mencionadas neste capítulo, mostraremos que as referidas teorias entendem o sistema internacional de uma maneira funcionalista, na medida em que seus principais formuladores percebem a necessidade de um único Estado estabilizador que provesse ao sistema internacional os bens públicos indispensáveis para o seu funcionamento; incluindo uma moeda internacional e um ambiente propício ao livre-comércio (FIORI, 2005, p. 61).

A Teoria do Universo em Expansão, pelo contrário, busca comprovar que a própria essência de um sistema internacional instável impossibilita por si mesma a existência de uma liderança estabilizadora. Neste raciocínio, o *hegemon*, na verdade, exerce o papel de liderança no sistema internacional apenas na medida em que esta

liderança fosse conveniente a contínua expansão do seu poder global, e não em nome de um papel altruísta e benevolente por si só.

Portanto, neste raciocínio, a Teoria do Universo em Expansão, diferentemente da maior parte do pensamento realista clássico das Relações Internacionais, não enxerga o sistema internacional como algo anárquico em si mesmo (BULL, 2002), mas instável em razão de sua natureza expansiva, hierárquica e bélica forjada na fusão entre o poder político e o poder das trocas que só e exclusivamente o continente europeu pôde desenvolver – em razão de características que iremos esmiuçar mais a frente - até tornar-se global.

4 O Universo em Expansão

O que na década de 1970 discutia-se e classificava-se como uma crise da hegemonia dos Estados Unidos da América, vinculada particularmente aos fenômenos do fracasso no Vietnã, da crise do dólar e da crise do petróleo, retornaria de tempos em tempos como algo vinculado a um declínio incontornável, ou mesmo, terminal da liderança daquele país que havia alçado a posição de grande potência capitalista vitoriosa do pós - Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945.

A perspectiva de um hegemonismo ordenador necessário para o sistema internacional se contrapondo à desordem e ao caos que decorreriam da falta desta liderança estatal, na ótica do pesquisador brasileiro José Luís Fiori, denotaria um maniqueísmo equivalente a pensar que o sistema internacional seria uma espécie de organismo funcional e evolucionista onde potências hegemônicas sucederiam umas as outras no longo prazo para manter a boa ordem e o bom funcionamento político e econômico do sistema (FIORI, 2014, p. 114).

Dentro deste cenário analítico, o suposto *hegemon* que tranquilizaria os ânimos do sistema internacional seria dotado não só de instrumentos que tornassem viáveis sua hegemonia, como também exerceria esta hegemonia por um altruísmo embutido num senso de responsabilidade internacional como se fora um representante eleito para defender os interesses coletivos de toda a humanidade.

Na perspectiva de Fiori, no entanto, ocorre que a realidade é um tanto mais complexa e não linear, principalmente quando se trata de projeções de longo prazo no sistema internacional, e, portanto, esperar a atuação de um suposto *hegemon* benevolente que vá exercer um papel de executor de um ambiente saudável de governança global seria contrastante com a realidade de um sistema internacional, segundo sua análise, envolto por um ambiente eminentemente competitivo e expansivo. Sendo assim, conflitos, rupturas, turbulências econômicas e derrotas em guerras dentro de uma perspectiva menos ampla de longo prazo podem induzir a

conclusões apressadas e definitivas sobre supostas crises terminais do sistema internacional.

Neste diapasão, a crítica às teorias da estabilidade hegemônica e dos ciclos hegemônicos – e que é o ponto de partida da pesquisa que levaria ao desenvolvimento da Teoria do Universo em Expansão –, viria imbuída de uma premissa basilar que consistiria na ideia de que o sistema internacional é uma amálgama de interesses difusos por poder e riqueza, onde o sistema político global se relacionaria intrinsecamente com a internacionalização do capitalismo, numa lógica eminentemente agressiva e expansiva e onde todos os atores estatais envolvidos – inclusive o *hegemon* – atuariam em nome de seus próprios interesses. Sendo assim, e segundo as palavras do professor José Luís Fiori:

Do ponto de vista do poder global, desordem, crise e guerra não são, por si mesmos, um anúncio do fim; são uma parte necessária do movimento de expansão do sistema mundial. E deste mesmo ponto de vista, falar de uma crise terminal, com data marcada, de um poder hegemônico, ou do próprio sistema mundial moderno é um absurdo teórico e histórico. Até porque, no tempo de espera da “hora final”, o mais provável é que o sistema siga enfrentando e superando crises econômicas, como em toda a história da internacionalização capitalista, e situações de guerra, como em toda a história geopolítica das nações, inaugurada pela Paz de Westfália, em 1648. E, portanto, com relação a esse tempo de espera, todas estas previsões “terminais” são absolutamente inúteis (FIORI, 2014, p. 115).

4.1 O poder

Tendo como ponto de partida em sua investigação as intrigantes indagações do historiador francês Fernand Braudel (2009), de que na Europa a maturidade política teria precedido a maturidade econômica; e quando, como e por que razões os estados territoriais europeus teriam adquirido sua força política e sua coerência econômica interna, José Luís Fiori (2014) trilha um caminho onde o poder adquire uma importância central para a compreensão da bem sucedida expansão do sistema mundial e do capitalismo por parte, num primeiro momento histórico, dos europeus.

Neste sentido, portanto, é importante levar em consideração que a investigação levada a cabo por José Luís Fiori segue uma concepção eminentemente braudeliana, no sentido em que a análise persegue os padrões da chamada história total, ou história global, desenhadas por Fernand Braudel.

Segundo Braudel, a história total, ou história global, abarca elementos temporais e elementos espaciais que resultarão na amplitude necessária para compreender o objeto de análise organicamente a partir do tempo, espaço e sua totalidade (REIS VIANNA, 2022).

Diante disso, podemos simplificar a percepção histórica braudeliana utilizando quatro conceitos que permeariam o tempo e o espaço histórico:

Numa escala, ainda em âmbito nacional; de menor tempo, haveria o evento histórico; em seguida, ampliando, a conjuntura. Já entrando ao nível internacional e secular, a chamada longa-duração, e abrangendo todas as escalas anteriores, em uma amplitude máxima, o que Braudel chamaria economia-mundo (REIS VIANNA, 2022).

Ao utilizar os padrões de análise braudelianos em sua investigação, José Luís Fiori procura, num primeiro momento, observar a Europa em seu “longo século XIII” (1150-1350) para, “a partir de uma teoria do poder, compreender os mecanismos do que ele chama acumulação de poder, e suas relações com o capital e a chamada acumulação de capital” (REIS VIANNA, 2022). Neste sentido, Fiori busca analisar o processo de formação das economias europeias, e mais à frente, do sistema interestatal capitalista - sob a égide do poder e da guerra, reconstruindo suas dinâmicas “originárias até chegar ao momento chave da centralização do poder e do capital que levaria à formação dos primeiros Estados territoriais e das primeiras economias nacionais” (REIS VIANNA, 2022).

Cabe sublinhar, no entanto, que na perspectiva de análise do investigador brasileiro, “mesmo que possam ser confundidos eventualmente, os conceitos de sistema interestatal capitalista – utilizado pelo autor –, e sistema mundial moderno, utilizado por autores como Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein” (REIS VIANNA, 2022), estes se diferenciam na medida em que Fiori observa o insuperável – segundo sua própria avaliação – papel dos Estados nacionais,

(...) com seus capitais e suas moedas específicas, para o desenvolvimento do capitalismo, que é desigual e hierárquico, mas que não é nem nunca será global, pois alimenta-se da própria existência das fronteiras e das moedas e dos capitais que se expandem com seus Estados nacionais (FIORI, 2014, p. 17).

Dentro desta perspectiva, o conceito de poder se relacionaria com a ideia de uma disputa contínua pelo próprio poder, na medida em que se consubstanciaria numa disputa com as seguintes e complexas características: 1. Assimétrica – caso contrário a própria disputa em si perderia o sentido; 2. Limitada – pois se absoluto fosse não haveria disputa; 3. Relativa – pois envolve uma espécie de hierarquia, onde inevitavelmente alguma das partes terá que perder para a outra ganhar –; 4. Heterostática – no sentido de que a perda de poder gerará uma reação da parte perdedora visando recompor a relação de força; 5. Triangular – por envolver, “pelo menos, dois vértices internos e um limite externo que pode ser representado na forma de um ponto ou de um vértice externo” (FIORI, 2014, p. 19); 6. Fluida – na medida em que o poder é uma ação em movimento contínuo, por isso, “costuma-se dizer que não existe vácuo de poder nesse jogo sem fim” (FIORI, 2014, p. 19), que logicamente não poderia ser estático; 7. Sistêmica – pois não é possível pensar uma unidade de poder atuando sozinha, ou a margem de outras unidades de “poder que se multiplicam na forma de triângulos” (FIORI, 2014, p.19) sucessivamente; 8. Expansiva – pois sendo o poder triangular e sistêmico, cada unidade de poder exerce pressão competitiva, e todas as unidades exercem a mesma pressão umas contra as outras fazendo com que o sistema se expanda infinitamente e de forma contínua, do contrário, o mesmo entraria em estado de entropia; 9. Indissolúvel – pois uma relação de poder só desapareceria com a conquista, ou a submissão à outra unidade de poder; 10. Dialética e, por fim, 11. Ética – visto que o valor que move a expansão do poder se funda na valorização do próprio poder e “toda e qualquer outra ética particular nasce desse impulso, como resultado ou como instrumento relacional dentro da luta entre os vértices que disputam e impulsionam a acumulação endógena do poder” (FIORI, 2014, p. 20).

4.2 Origens

Algo essencial de se abordar para a compreensão do aspecto filosófico do poder exposto por José Luís Fiori, diz respeito às suas origens na história humana, neste sentido, a sedentarização teria cumprido um papel essencial, na medida em que teria possibilitado a criação de territórios e a consequente estabilização das fronteiras, algo obviamente que as tribos e os povos nômades não teriam condições de fazer.

Sendo assim, a sedentarização teria gerado uma espiral de pressão competitiva onde – em um ambiente orgânico e intenso – viriam as rebeliões internas, juntamente com a pressão exercida externamente por povos nômades inimigos e outros poderes territoriais também inimigos.

Neste arcabouço de ameaça permanente para a manutenção do poder territorial, surgiria a necessidade de defender de maneira concreta as fronteiras, bem como, de expandi-las por meio da conquista de novos territórios (FIORI, 2014). A necessidade de recursos, portanto, urge e se viabiliza com a criação de fluxos permanentes e regulares obtidos através da instituição de tributos, ou mesmo da mera pilhagem de súditos e outras populações submetidas ao jugo de um poder territorial conquistador.

Neste sentido, interessante observar que a instituição dos tributos possibilitou um avanço organizacional que impactou de maneira singular a produtividade dos territórios, e por consequência, o aumento da produção de alimentos e a eficácia do exercício da guerra (FIORI, 2014, p. 21).

O surgimento de um elemento novo que viria em seguida foi um passo significativo para o avanço do poder territorial: a moeda pública.

A moeda pública, segundo Fiori, teria sido uma invenção necessária ao avanço dos senhores territorialistas em seus compromissos com suas guerras de conquista e crescimento de territórios. Para isso, fez-se útil um instrumento físico monetário cunhado pelos cobradores de impostos que pudesse cumprir a função de englobar as novas formas de dívidas e empréstimos neste emergente universo mercantil, bem como, e principalmente, financiar as guerras territorialistas que, por si mesmas, eram o começo e o fim de todo um arcabouço instrumental para expansão de poder que além da própria multiplicação das terras, seria o próprio motor financiador e gerador de mais recursos para o aprofundamento das guerras de conquista.

Norbert Elias diria que “a mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe cai. E a vitória significa, em primeiro lugar, seja esta ou não a intenção, domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência” (ELIAS, 1990).

A competição como motor passa a ser o centro propulsor desse caleidoscópio de poderes territoriais que buscavam de maneira incessante ultrapassar um ao outro através da defesa interna e externa e do aumento permanente da eficiência na produção e no jogo das trocas comerciais. Sendo assim, um círculo vicioso, ou virtuoso, era formado e dava a tônica do sistema competitivo que engolia e derrubava a unidade territorialista que não seguisse o roteiro constituído.

Cabe sublinhar, que dentro desta lógica de competição implacável, algo era fundamental para a continuidade de ascensão de um poder territorial competitivo: mesmo que a relação intrínseca entre a guerra de conquista e a tributação fossem inseparáveis, a partir do momento em que a capacidade tributária de um poder territorial não desse conta da manutenção e expansão das guerras, a única saída seria empreender novas guerras de conquista até o limite total da sua capacidade, ou até ser engolido e derrotado, por outra unidade de poder territorial expansivo.

Quem não sobe cai, ou quem não mantém o ritmo da subida é engolido pelo sistema, pois “a pressão que se fazia sentir de cima a baixo nessa sociedade, lançava os governantes territoriais uns contra os outros e, dessa maneira, punha em movimento o mecanismo do monopólio” (ELIAS, 1990).

Tal processo perdurou primitivamente durante muito tempo nos lugares em que poderes territoriais teriam surgido, e onde os movimentos de conquista e expansão de suas fronteiras, inevitavelmente, culminariam em derrota ou declínio – mesmo que isso pudesse permear um longo período (FIORI, 2014). Algo que num escopo mais amplo, segundo Fiori, teria ocorrido com antigos impérios e civilizações pré-modernas, que um dia teriam sido meras unidades territoriais sem maior importância, mas que depois tornar-se-iam relevantes, como a Mesopotâmia, ou mesmo Roma, apenas para citar dois exemplos significativos.

4.3 A invenção europeia

Segundo a perspectiva de José Luís Fiori – inspirada na pesquisa original de Norbert Elias –, a grande mudança no sistema competitivo territorialista surgiria na Europa medieval, entre aproximadamente os anos de 1150 e 1650; os longos séculos que iriam definir formas inéditas de competição entre poderes territoriais.

Após fragmentar-se com a queda do Império Romano, e posteriormente com a derrocada do império de Carlos Magno (TELES DA SILVA, 2020, p. 251), a fragmentação do poder territorial europeu, que era mais ou menos unificado e centralizado, deixaria submersa durante dois a três séculos uma Europa reduzida à dispersas comunidades locais de produção e troca, verdadeiros feudos atrasados e irrelevantes (FIORI, 2014), com exceção das cidades – Estado do norte da Itália, e de outras dispersas e poucas cidades-Estado da Europa, que mantinham profícuas relações comerciais com grandes impérios pré-modernos.

Este cenário de fragmentação e dispersão seria revertido gradualmente em meados do século XII por meio da multiplicação cada vez maior das guerras localizadas entre os pequenos feudos, que logo a seguir se transformariam em grandes guerras de conquista contra povos bárbaros que teriam ocupado os territórios espalhados pela Europa após a queda dos impérios já citados.

Segundo Norbert Elias, em um cenário de fragmentação territorial, o senhor feudal – o rei –, era obrigado a delegar o poder sobre dispersos territórios sob seu domínio a muitas outras pessoas. Naquele tempo, o dinheiro era uma impossibilidade em uma realidade onde a descentralização e as grandes distâncias em regiões afastadas obrigavam toda e qualquer forma de recompensa ou pagamento ao formato de concessão de terras. Não havia, portanto, nenhuma forma de tributação pecuniária, nem eventual, tampouco permanente, que pudesse se aproximar de uma organização minimamente estatal para a manutenção de exércitos e funcionários (ELIAS, 1990, p. 24).

O papel da terra naquele universo medieval europeu, portanto, cumpria, segundo Elias, uma função essencial nas relações sociais e de poder, onde o rei

exercia sua hegemonia à medida em que pudesse manter a promessa de conceder terras aos seus guerreiros e representantes nos confins mais longínquos e assim exercer sua autoridade por meio de representantes que o respeitassem.

Cabe observar, no entanto, que a lealdade dos vassallos aos seus senhores era um tanto fluída e frágil o suficiente para que, de uma hora para outra, deixasse de ser cumprida. O poder do senhor feudal fundava-se eminentemente na sua capacidade de, através da espada, impor sua autoridade sobre os vassallos como senhor da guerra contra possíveis ameaças externas. Sendo assim, o controle de um vasto e descentralizado território por parte do senhor feudal se veria ameaçado sempre que os príncipes locais, ou senhores territoriais, não precisassem mais de sua proteção. É notável, portanto, que o controle e o poder de distribuir terras aos vassallos que tenham jurado fidelidade dialogaria, segundo Norbert Elias, com o poder da espada do senhor feudal em protegê-los.

Nesta perspectiva analítica, observa-se, portanto, que tendências centrífugas teriam um papel central para a formação e modificação daquelas descentralizadas sociedades medievais e autoridades territoriais existentes na Europa. Sendo assim, na medida em que os senhores feudais adquirissem poder a partir do prestígio militar conquistado com as vitórias contra inimigos externos, seu poder interno se alicerçaria numa espiral de centralização que sufoca as forças centrífugas (ELIAS, 1990, p. 26).

Neste diapasão, segundo Norbert Elias, quanto mais o senhor feudal, ou o rei, adquirisse uma função centralizadora, mais as tendências centrífugas dos senhores territoriais tenderiam a se dissipar. Os inimigos externos, ou tribos estrangeiras, portanto, adquiririam um papel de ameaça necessária para o senhor feudal, que investido no papel de chefe militar, desempenharia o seu poder, tanto em defesa de seus territórios, quanto na conquista de novas terras que posteriormente seriam distribuídas aos seus vassallos. Configura-se então, a partir desta expansão de poder, ou investida conquistadora, a preponderância do poder centralizado na figura do rei sobre forças centrífugas agora silenciadas.

Neste sentido, segundo a ótica de investigação de Norbert Elias, veríamos então, no crepúsculo do século XII, de maneira lenta, gradual e contínua, a

desintegração dando lugar ao fortalecimento do poder central que abrangeria regiões cada vez mais vastas.

Neste contexto, e inspirado no olhar analítico de Norbert Elias, José Luís Fiori diria que esta nova centralização do poder na Europa se daria progressivamente na medida em que – para além dos inimigos bárbaros - o cerco dos povos islâmicos em torno do mar Mediterrâneo e na Península Ibérica se tornaria o impulso maior de uma máquina de guerra difusa e expansiva que levaria a um processo de hierarquização e centralização de poder em vários impérios territoriais que, ao mesmo tempo em que combateriam os islâmicos, competiriam entre si gerando, portanto, uma “enorme pressão competitiva e imensa energia explosiva dentro da Europa” (FIORI, 2014, p. 23).

Assim, em meio às cidades fortificadas que se espalhariam por toda a Europa, da Hungria até as bordas do mediterrâneo, as guerras europeias se revezariam entre rebeliões camponesas internas e confrontos religiosos; conflitos internos sucedidos por conflitos exteriores contra o inimigo muçulmano, algo que se estenderia por cerca de mil anos, entre os séculos VIII e XVIII, até o declínio do último grande herdeiro do expansionismo muçulmano: o Império Otomano (KINROSS, 2022).

4.4 O expansionismo cruzado

Vocalizando um sentimento social oriundo de um aumento populacional que caminhava junto com a escassez, as cruzadas, segundo Norbert Elias, dariam o impulso necessário à justificação filosófica da conquista por novas terras e a procura por novas fronteiras.

Este fenômeno pôde ser observado com a ida de cavaleiros normandos para o sul da Itália no começo do século XI, que em troca de seus serviços como guerreiros, receberiam um pedaço de terra na fronteira norte do ducado de Nápoles (ELIAS, 1990, p. 40), ou mesmo antes, ainda no século X, quando cavaleiros franceses ofereceriam seus atributos guerreiros em ajuda aos príncipes de Espanha na luta contra os árabes (ELIAS, 1990, p. 41): naquele momento, e até meados do século XI, a península ibérica estaria em plena disputa aberta e que atrairia pessoas isoladamente, grupos e

exércitos na luta contra um “inimigo pagão” dividido internamente. Fenômenos de conquista de território que gradualmente foram se estendendo para o leste da Europa, visto que para além da península ibérica não havia mais terra para aonde se expandir.

Neste diapasão, portanto, as cruzadas viriam como uma justificativa expansionista levada a cabo, num primeiro momento, por senhores territoriais feudais de origem francesa e normanda em razão da limitação de novas terras em França. Sendo assim, a conquista de Jerusalém, o avanço em direção à chamada Terra Santa conduzida pela Igreja, teve a fé como impulso expansionista primordial que levaria posteriormente a mentalidade dos cruzados a se alastrar por outros territórios da cristandade latina (ELIAS, 1990).

Tendo como impulso primeiro as tensões sociais inerentes a sociedades que viviam um rápido crescimento demográfico e, portanto, buscavam saciar seus anseios por terra e pão, as cruzadas representariam o primeiro grande movimento expansionista de cunho colonizador do chamado Ocidente cristão, e tinham como força motriz a guiar este impulso expansionista, nomeadamente, a Igreja (ELIAS, 1990, p. 42).

Num movimento, portanto, que envolveria não somente os desafortunados da terra, mas também grandes senhores territoriais, o ímpeto expansionista cruzado seria a expressão de algo que, à época, viria a preencher a lacuna do que hoje conhecemos como dinheiro. Não obstante, a ambição aquisitiva da sociedade medieval, segundo Norbert Elias, era transcendente e anterior ao que conheceríamos posteriormente no sistema capitalista. Isso ocorreria em todas as camadas sociais, dos senhores de categoria superior – condes, duques e reis -, aos cavaleiros mais pobres; e a este ímpeto, sua personificação se daria – nomeadamente - na conquista da terra.

A terra cumpriria na sociedade medieval um papel central no âmbito do aumento do poder senhorial em todos os seus aspectos. Quem detivesse, portanto, mais terras, deteria maior poder em âmbito militar e, por consequência, deteria a soberania sobre seus vassalos (ELIAS, 1990, p. 44).

Neste contexto, o aumento das posses seria na sociedade medieval um movimento permanente entre a pressão demográfica e a expansão territorial, onde a

disputa se daria entre aqueles que buscavam elevar o seu domínio territorial, sob o risco de se ver enfraquecido e dominado pelo concorrente na primeira oportunidade. Assim, os grandes cavaleiros medievais e senhores territoriais “viam em concreto como ficavam impotentes quando os vizinhos eram mais ricos em terras e domínio ou adquiriam novas terras e alargavam o âmbito do seu poder” (ELIAS, 1990, p. 45).

Nesta ótica analítica, o expansionismo cruzado na perspectiva de Norbert Elias, seria a representação primordial e o caldo de cultura que daria origem ao que posteriormente conheceríamos como Estado-nacional – dado que o mesmo foi uma “invenção” autóctone destas lutas expansionistas europeias e, portanto, teria nascido na, e somente, na Europa em um primeiro momento.

4.5 A centralização do poder

Como já descrito anteriormente, a importância do território foi fundamental para o longo e lento processo que originou o que hoje conhecemos como Estado-nacional. Neste sentido, o caminho em direção a cada vez maior concentração de poder político teria sido o ato criador para o posterior desenvolvimento e consolidação de uma estrutura de poder territorial necessária, a partir de um sentido de identidade coletiva, para que pudesse ocorrer um mercado interno e estruturas fiscais, administrativas e militares. Em suma, tudo aquilo que fosse o esqueleto básico para a existência e viabilidade de um Estado-nacional (FIORI, 2004, p. 20).

Mesmo tendo sido o comércio de longa distância a mãe da chamada acumulação originária do capital europeu, o motor da economia-mundo (BRAUDEL, 2009) resultante do jogo das trocas entre comerciantes e produtores da riqueza que daria origem ao capitalismo, a centralização da riqueza oriunda deste jogo, segundo José Luís Fiori, não seria possível se não tivesse ocorrido a centralização política que se desenvolveu durante os séculos XIII e XIV – se consolidando no chamado longo século XVI –, onde territórios unificados permitiriam o nascimento de mercados nacionais.

Neste sentido, José Luís Fiori (2004) vai além do conceito de economia-mundo de Fernand Braudel, colocando no centro da questão a ideia de política-mundo, onde

para além do mero jogo das trocas comerciais, as guerras quase permanentes entre territórios unificados – e que posteriormente se configurariam em verdadeiros núcleos imperiais -, definiriam um processo competitivo ininterrupto de acumulação de poder através da guerra.

O jogo das guerras, portanto, somando-se ao jogo das trocas – onde acumulava-se riqueza –, teria sido o grande impulsionador para a criação definitiva dos Estados-nacionais europeus, a partir de unidades territoriais de poder que competiam por mais territórios – e por vezes pelo mesmo território –, cumprindo o papel violento e devastador de forjar alianças, unificar populações, eliminar concorrentes e, sempre, centralizar cada vez mais o poder num movimento contínuo e permanente de expansão dos ganhadores (FIORI, 2004, p. 22); expansão esta que buscava a hegemonia por meio da eliminação dos concorrentes e, por consequência, o controle e o domínio monopólico de unidades territoriais por meio da acumulação (ELIAS, 1990, p. 86).

4.6 Acumulação e expansão do poder e da riqueza

Segundo José Luís Fiori, no século XVII, a chamada Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648) forjaria de maneira definitiva o modelo de sistema político europeu que nos séculos seguintes daria corpo ao que hoje poderíamos chamar de sistema interestatal capitalista.

Nesta perspectiva, o impulso centralizador de poder teria se iniciado com força naquelas que teriam sido as guerras originárias do que posteriormente forjaria o que hoje conhecemos como Estado-nacional: a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) – essencial para a formação das identidades nacionais de França e Inglaterra – e a Guerra de Reconquista espanhola (1480-1492) que, acompanhada das guerras espanholas contra a mesma França em território italiano (1494-1559), a Inglaterra no Mar do Norte (1588) e as Províncias Unidas (1560-1648), teriam sido o motor não só da formação dos primeiros Estados-nacionais, mas do próprio sistema político europeu que posteriormente daria origem ao que hoje podemos chamar de sistema interestatal (FIORI, 2004).

Tendo havido aproximadamente 1000 conflitos bélicos ao redor do planeta entre 1400 e 1984 (FIORI, 2004), o expansionismo através das guerras, portanto, daria a tônica do mundo e seria ao mesmo tempo um dilema aparentemente contraditório na medida em que poderes territoriais com fronteiras comuns, a priori, não precisariam, necessariamente, recorrer à conquista de novos territórios, visto que manterem-se dentro de suas fronteiras originárias seria muito menos custoso e traumático.

Neste diapasão, a coerção – segundo Fiori e por influência do pensamento teórico do francês Charles Tilly (1996) –, exerceria um papel peculiar como catalisador de uma espécie de energia compulsiva e expansionista por conquista de novos territórios. Sendo assim, a lógica da provocação da guerra teria sido a tônica levada a cabo pelas unidades territoriais na Europa que, por meio da coerção, buscariam garantir e proteger a sua segurança contra um eventual invasor.

O exercício da coerção, portanto, se consubstanciaria através da obtenção de uma zona de segurança, ou zona tampão, que seria a proteção fortificada da própria unidade territorial. Neste raciocínio, a zona de segurança, ou zona tampão, seria uma garantia para que a unidade territorial original pudesse ter seus lucros desfrutados com plena segurança.

Ocorre que, como que num círculo vicioso, sempre que a zona tampão passava a ser considerada uma zona segura para a unidade territorial expansionista que a dominasse, a mesma, por meio da coerção, buscaria “adquirir uma nova zona tampão em volta da antiga. Quando as potências adjacentes estavam perseguindo a mesma lógica, o resultado era a guerra” (TILLY, 1996, p. 127).

Neste dilema expansionista, a guerra não seria, portanto, a mera consequência de uma expansão territorial defensiva feita simultaneamente por duas unidades territoriais fronteiriças em busca de zonas de segurança numa mesma região (TILLY, 1996), mas, pelo contrário, a própria causa de um movimento expansionista levado a cabo por poderes territoriais vizinhos que desde sempre se veem simultaneamente como ameaças umas as outras. Neste sentido, as zonas de segurança são construídas como barreiras defensivas “porque todos já supõem que exista, desde o início, intenções agressivas por parte das unidades de poder vizinhas” (FIORI, 2004, p. 25).

Neste contexto, um verdadeiro dilema da segurança configura-se na medida em que a expansão de poder se torna uma pré-condição das unidades territoriais para garantir a própria segurança, levando as outras unidades territoriais a se sentirem inseguras e obrigando-as a preparar-se constantemente para a guerra. Um processo permanente e ininterrupto de acumulação contínua de segurança e poder num mundo de unidades competitivas (FIORI, 2004, p. 26).

Esta expansão contínua de territórios e guerras seguiria então a lógica do “quem não sobe cai” (ELIAS, 1990), onde a participação de todas as unidades de poder envolvidas caminharia necessariamente para uma corrida armamentista permanente em nome da preservação da segurança e, paradoxalmente, da paz.

Sendo assim, na Europa dos séculos XIII e XIV, torna-se cada vez mais corriqueiro o processo de acumulação de poder a partir de novos territórios – bem como alimentos, camponeses e tributos – para que a preservação da própria segurança, e, portanto, a preservação da paz fosse possível. Tendo sido a guerra a condição primeira para que as unidades territoriais pudessem continuar sobrevivendo, obrigando-as a permanente tarefa de expandir seu poder para não cair nas garras de outra unidade territorial competitiva.

A possibilidade constante de uma guerra era, portanto, a realidade vivida por todas as unidades territoriais que competiam entre si. Sendo assim, a possibilidade de uma guerra real ou virtual estaria permanentemente no horizonte destas unidades territoriais, o que as forçaria, segundo José Luís Fiori (2004), de maneira quase natural a manter um cálculo estratégico voltado para a conquista e acumulação de cada vez mais poder, obviamente, através da guerra. Um aparente paradoxo que leva a conclusão de que a busca pela paz através da expansão do poder a transforma na própria justificativa da guerra.

Neste diapasão, a busca pelo monopólio exerceria um papel chave no jogo da disputa por poder entre as unidades territoriais, e, portanto, a compulsão expansiva destas unidades territoriais, ocorrida no sistema político que se desenvolveu na Europa, caminharia inexoravelmente para um cenário de conquista cada vez mais ampla por territórios através da acumulação; o que levaria ao império: ao poder imperial.

Curioso notar, porém, que esta pulsão por expansão e acúmulo de poder, por outro lado, expõe uma intrigante contradição. Uma contradição que Fiori (2004) chamaria de “contradição essencial do jogo das guerras”.

Levando em consideração o fato de que, neste impulso imperial, uma das unidades territoriais competitivas pudesse se sobrepôr a todas as outras concorrentes, impondo assim um monopólio, uma exclusividade, o processo de acumulação de poder ficaria suspenso, e o próprio jogo das guerras deixaria de fazer sentido.

Neste cenário, portanto, o monopólio absoluto além de gerar a suspensão do jogo das guerras e do sistema de acumulação de poder, causaria uma espécie de estado de entropia no próprio sistema em sentido lato, na medida em que toda a hierarquia entre unidades territoriais deixaria de existir, restando, no entanto, o caos e a desordem no próprio sistema.

Neste raciocínio, Fiori dirá que “nem a hegemonia nem o império são capazes de ordenar e estabilizar o sistema político mundial de forma permanente. As únicas forças capazes de mantê-lo ordenado e hierarquizado são a competição e a própria guerra ou, pelo menos, a possibilidade permanente de uma nova guerra”(FIORI, 2004, p. 28).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, no jogo das guerras, uma unidade imperial para se manter viva dentro de um sistema político de competição permanente por acumulação de poder, necessitaria, portanto, da sobrevivência de seus concorrentes. Sendo assim, a destruição do antagonista resultaria no esfriamento, na perda de energia do processo competitivo de acumulação de poder.

A existência de uma espécie de “inimigo necessário”, portanto, se faz essencial para que o jogo das guerras se mantenha vivo e o poder territorial-político expansivo possa seguir acumulando cada vez mais poder. Ou seja, a existência do concorrente-adversário é fundamental para a manutenção deste “jogo”, caso contrário, a destruição, ou submissão total deste antagonista “vital”, levaria o poder expansivo ao colapso, obrigando-o a recriá-lo (FIORI, 2004, p. 28).

Outro aspecto fundamental, segundo Fiori (2004), para a compreensão do processo de expansão, acumulação e centralização do poder, e que caminhará junto

ao chamado “jogo das guerras” – que forjaria o processo de formação do sistema político europeu nascido a partir dos séculos XIII e XIV –, seria o que poderíamos chamar “jogo das trocas”.

A manutenção de uma conquista territorial pelo poder expansionista vencedor em uma disputa, por muitas vezes não se mantinha por tanto tempo. Ou seja, com ou sem a manutenção do território conquistado, o que passaria a determinar a perenidade do poder em sua expansão constante – entre vitórias e derrotas; avanços e recuos – teria sido a criação de um mecanismo novo e revolucionário que iria possibilitar o suprimento dos custos das guerras: o dinheiro.

Neste novo cenário, segundo Fiori, o “príncipe” que obtivesse mais recursos para a manutenção do processo de expansão, acumulação e centralização do poder territorial através do jogo das guerras estaria apto a sair vitorioso. Neste sentido, criou-se uma amálgama oportunista entre o mundo da guerra e o mundo dos negócios, onde o próprio sucesso das guerras levaria ao sucesso do mercado criado em seu entorno, o que inclusive fez nascer e prosperar os centros econômicos mais importantes da Europa em meados do século XVI (FIORI, 2004, p. 29).

Vemos, portanto, o “encontro virtuoso” entre o jogo das trocas e o jogo das guerras, que seria construído, segundo José Luís Fiori (2004), paulatinamente ao longo do processo de solidificação do sistema político europeu durante a idade média; num entrelaçar curioso entre o poder político e as redes comerciais – financeiras das cidades – Estado europeias e todo o imenso universo de rotas econômicas asiáticas.

No entrelaçar entre poder político e econômico, a máquina de guerra de expansão e acumulação de poder territorial passou não somente a visar a mera conquista de novos territórios, mas a conquista de recursos materiais e econômicos. Sendo assim, segundo Fiori (2004), o passo seguinte a taxaço e tributação dos vassallos por parte dos governantes, seria a instituição de moedas como forma de pagamento de impostos e dívidas aos soberanos do poder político.

Neste momento, o processo de acumulação de poder entra em um novo patamar, no sentido em que a moeda torna-se mais relevante que a própria terra como meio de aferição de riqueza (ELIAS, 1990). A terra, que até então era um entrave na

acumulação e manutenção de grandes monopólios de poder em razão de sua difícil administração, daria lugar, portanto, a homogênea e universal moeda pública, meio de troca instituído dentro de um espaço público delimitado pelo governante, o “príncipe”, que seria seu único emissor.

5 O poder americano

O longo processo de evolução dos sistemas de acumulação de poder e riqueza teve seu desdobrar no que antes – ainda no período medieval – estaria concentrado no mediterrâneo, para uma gama de Estados territoriais, segundo Fiori, vencedores e competidores entre si no chamado “jogo das guerras”.

Como já mencionado neste trabalho, os primórdios do que hoje conhecemos como sistema internacional, ou interestatal, nasceria no formato de Estados-nações no sistema político europeu em meados dos séculos XVI, XVII e XVIII, onde, nomeadamente, Portugal, França, Inglaterra, Holanda, Suécia, Dinamarca e Espanha representariam, dentre outros, um caleidoscópio de atores competidores neste sistema:

Ou seja, o sistema interestatal, já veremos isso, ele vai nascer na Europa, e só na Europa, em nenhum outro lugar. Depois, ele vai se expandir, que é uma coisa diferente. Mas ele vai nascer, o sistema interestatal, nesse pedacinho de terra que é o Oeste da Europa, e não no resto todo do universo, ou do mundo, ou da terra, não. É naquele pedacinho de território da Europa, ali, que vai nascer, e quando nasce, já nasce com um pequeno conjunto de unidades que são complementares entre si, mas ao mesmo tempo, e isso talvez seja a marca desse sistema, são altamente competitivas, e são altamente bélicas, desde um primeiro momento, quando elas nascem, e já podemos datar algo em torno do século XVI, XVII (TELES DA SILVA, 2020, p. 250).

Cumprir observar, no entanto, dentre os Estados europeus citados, uma novidade levada a cabo por um pequeno Estado insular que nem de longe seria, à época, o competidor interestatal mais capacitado do ponto de vista territorial, demográfico ou militar: a Inglaterra (FIORI, 2004, p. 35).

Segundo Fiori (2004), após se livrarem do violento acossamento do império espanhol, os três estados-nacionais europeus que protagonizaram o jogo das guerras durante os séculos XVII, XVIII e XIX – nomeadamente, Holanda, França e Inglaterra – viram o triunfo de um só deles, a Inglaterra, e a consolidação de sua hegemonia após

as guerras napoleônicas contra a França, graças a sua capacidade única e peculiar de forjar um modelo totalmente novo de unificação entre espaço político e econômico.

Neste sentido, segundo Fiori, a revolução financeira levada a cabo pela Inglaterra teria sido essencial; tendo seu cerne e sua originalidade na nacionalização da economia a partir da centralização da dívida pública e do sistema tributário sob a égide da estrutura administrativa do Estado. Sendo assim, a lógica do “interesse nacional” – até então inexistente – passaria a nortear a atuação de uma “vontade comum” e de uma economia nacional voltada para um sistema de poder unificado e homogêneo entorno de um mercado interno e, ao mesmo tempo, de um processo de expansão econômica através da competição e da guerra.

Surge, assim, um modelo copiado posteriormente por todos os outros atores deste recém-nascido sistema interestatal: os estados-economias nacionais, “verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza que se expandiram a partir da Europa e através do mundo, numa velocidade e numa escala que permitem falar num novo universo em expansão, com relação ao que havia acontecido nos séculos anteriores.” (FIORI, 2004, p. 34).

Neste cenário, o modelo inventado pela Inglaterra daria origem a uma potência expansiva, que anteriormente teria sido sua colônia, e que saberia forjar seu próprio caminho a partir das condições que a conjuntura histórica permitira.

Gerado no mesmo modelo expansivo forjado na competição e nas guerras entre as potências europeias, os Estados Unidos da América seria o primeiro Estado-nacional a nascer fora do continente europeu, num momento em que o sistema interestatal já estaria formado; tendo sido a única colônia a se separar de sua metrópole europeia, no caso o expansivo e vitorioso Império Britânico.

A hegemonia inglesa, ainda em processo de expansão, e em pleno borbulhar da Revolução Industrial, daria origem, portanto, a um novo ator que, segundo José Luís Fiori (2004), já nasceria com uma tendência expansiva oriunda de sua original inserção geopolítica no sistema, assim como de sua relação econômica privilegiada com a ex-metrópole, que se manteria, mesmo após a independência.

No que diz respeito à inserção geopolítica dos Estados Unidos da América, algo que o favoreceria enormemente, teria sido a conjuntura internacional da época, quando as grandes potências encontravam-se em disputa aberta e violenta pela hegemonia europeia (FIORI, 2004, p. 69). Nesta perspectiva, o período entre a chamada Guerra dos Sete Anos, em 1763, até o fim das guerras napoleônicas, em 1815, teria proporcionado, segundo Fiori, as condições perfeitas para que os Estados Unidos pudessem conquistar sua independência e consolidar seu território – que posteriormente viria a ser expandido.

Tal conjuntura se daria, portanto, num contexto muito peculiar em que o jogo das guerras “engoliria” as energias dos Estados europeus, abrindo espaço para que os Estados Unidos atuassem de maneira mais alargada em nome de seus próprios interesses.

Neste cenário, segundo Fiori (2004), caberia sublinhar o valoroso papel que a insularidade territorial dos Estados Unidos proporcionou àquele país no sentido de manter-se neutro em todo o período de disputa hegemônica na Europa, o que possibilitou que os americanos pudessem barganhar vantagens com todos os envolvidos na disputa, em particular Inglaterra e França, que a grosso modo, teriam estendido sua grande disputa secular para dentro do território dos Estados Unidos – o que, de certa forma, teria influenciado a guerra de independência americana de maneira favorável aos interesses dos próprios americanos.

Em suma, a frágil situação em que as grandes potências da Europa se encontravam naquele momento histórico foi decisiva para que os Estados Unidos – aproveitando-se também de sua relação privilegiada com a Inglaterra – pudessem negociar com todos os atores europeus envolvidos nas condições mais favoráveis à sua plena independência (FIORI, 2004, p. 70).

No que diz respeito ao aspecto econômico, ou geoeconômico, cabe reiterar que as relações privilegiadas entre os Estados Unidos da América e a grande potência hegemônica que se consolidaria na Europa pós-guerras napoleônicas, a Inglaterra, traria grande vantagem durante as primeiras décadas daquele nascedouro Estado independente. Isto se explica pelo aspecto complementar e funcional com que as duas economias dialogavam, levando em consideração que a Inglaterra, à época, era a

principal economia capitalista do mundo, bem como, estaria vivenciando o auge de seu processo de revolução industrial.

Portanto, observando a conjuntura da época, os Estados Unidos da América viriam a experimentar o exercício do sistema de divisão internacional do trabalho desenvolvido pela Inglaterra como atores privilegiados, mesmo que na altura fosse ainda uma economia primário-exportadora como tantas outras ao redor do mundo (FIORI, 2004, p. 71). Tal condição privilegiada, segundo Fiori, deu-se na medida em que aos Estados Unidos era garantido um acúmulo gigantesco de capitais de investimento oriundo da antiga metrópole e indispensáveis às grandes plantações e a infraestrutura necessária ao escoamento desta produção.

Com a guerra civil americana, algo peculiar e aparentemente contraditório teria ocorrido de maneira inédita e, conseqüentemente, mudado completamente a maneira como se daria a evolução do sistema político internacional até então forjado apenas em território europeu.

Com características similares às guerras por expansão e concentração de poder e riqueza ocorridas na Europa ao longo de séculos, a guerra civil americana, através da disputa interna entre União e Confederação, teria, segundo Fiori, mimetizado o mesmo fenômeno em território americano; tendo sido as conseqüências desta guerra civil, reiteraria Fiori, praticamente as mesmas ocorridas ao longo do mesmo processo europeu (FIORI, 2004, p. 75).

Neste sentido, segundo José Luís Fiori (2004), a guerra civil americana teria cumprido a função de, paradoxalmente, após o longo período de desordem econômica, provocar a centralização do poder e organização do Estado nacional e do próprio capitalismo americano, aos moldes do que ocorrera de maneira pioneira em sua ex-metrópole, a Inglaterra, durante o século XVII.

Assim, portanto, teria se dado a centralização do poder por razões práticas, na medida em que a pressão da guerra obrigava a formação de uma economia nacional unificada do ponto de vista monetário, financeiro e creditício, consolidando-se um capital financeiro eminentemente nacional que viria, aos poucos, a se desvencilhar de Londres.

Neste diapasão, forjou-se a centralização de um poder nacional, estatal, unificado com a vitória da União sobre a Confederação – e a necessária reconciliação – firmando-se um exército nacional, bem como, uma dívida pública da União, que obviamente seria o lastro de todo o sistema bancário e financeiro nacional que se expandiria a partir de então. Juntando-se a tudo isso, um sistema tributário nacional nasceria originalmente ainda durante a própria guerra civil para avalizar o endividamento da União durante aquele período. Notando-se que, segundo Fiori, o mesmíssimo processo teria ocorrido no jogo das guerras europeias entre os séculos XVII e XVIII (FIORI, 2004, p. 76).

A unificação dos interesses americanos, tanto no sentido meramente financeiro, mas principalmente, no sentido estatal, levaria as condições propícias a um expansionismo para fora de suas fronteiras territoriais. Neste sentido, segundo Fiori (2004), os Estados Unidos da América “sairiam da toca” pela primeira vez com a Guerra Hispano-Americana, em 1898.

A expansão do poder aos moldes do que se viu na Europa iria se repetir, portanto, dentro das expectativas teóricas formuladas por José Luís Fiori, no sentido de que uma espécie de escalada expansionista viria a precipitar a conquista de ex-colônias espanholas como Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas, até as intervenções diretas no Haiti, no Panamá, na República Dominicana, e posteriormente novamente em Cuba; tudo isso já nos primeiros anos do século XX que se iniciava.

Desta forma, nascia a chamada Doutrina Monroe, que forjaria assim uma expansão, segundo Fiori (2004), aos moldes imperiais das velhas potências europeias, e que delimitaria o continente americano aos moldes dos interesses imperiais que estariam sendo expandidos regionalmente pelos Estados Unidos da América.

Posteriormente, tal expansão de poder seguiria seu “curso natural” para fora através de uma estratégia que envolveria fortemente o poder marítimo como algo central.

Com a escolha expansionista focada não só no Caribe, mas também na Ásia – que seria naquele momento uma espaço em disputa entre as grandes potências da época -, diferentemente dos europeus, os americanos estabeleceriam, segundo Fiori, um novo modelo de controle político nos territórios conquistados; este controle se daria

na forma de protetorados militares-financeiros. Tais protetorados teriam o direito de manter a sua soberania política interna, porém, abririam mão de sua política externa e de uma política econômica soberana, ficando os Estados Unidos da América plenamente soberanos nestas searas, ao mesmo tempo em que se isentariam do ônus da administração direta, obviamente sem perder o controle sobre os territórios conquistados.

O expansionismo de cunho imperial-colonial perpetrado pelos Estados Unidos da América seguiria, portanto, uma rota em que os mesmos avocavam-se a prerrogativa de intervir nestes protetorados, caso os mesmos descumprissem os limites impostos. O que de fato ocorreu gradativamente e na medida em que o poder americano se expandia em direção a lugares distantes e disputados, como aconteceu, por exemplo, na Guerra dos Boxers, onde os americanos exerceram uma liderança inédita junto às demais grandes potências em nome da integridade territorial da China. Neste momento, o caminho seguido pelo expansionismo do poder americano, até a primeira guerra mundial, já teria conquistado posições relevantes no tabuleiro asiático e conquistado o papel peculiar de única potência hegemônica em seu próprio continente (FIORI, 2004, p. 79).

Segundo José Luís Fiori (2004), a primeira guerra mundial viria a tornar-se uma oportunidade para o poder dos Estados Unidos – já consolidado em sua hegemonia no continente americano, e com sólidas posições na Ásia – para expandir-se em direção a uma região chave em termos estratégicos: a Europa. Sendo assim, e aproveitando-se de uma posição relativamente neutra com relação ao conflito, os Estados Unidos da América construiriam um papel pendular de equilíbrio de poder entre as duas potências europeias, nomeadamente França e Inglaterra, ao mesmo tempo em que se beneficiaria economicamente na medida em que cumpria a função de grande financiador destas mesmas potências durante o conflito.

Tal condição, segundo Fiori (2004), criaria o cenário propício para que os Estados Unidos da América pretendessem ir além em sua expansão de poder, adotando o modelo outrora usado pelos ingleses no século XIX, o *offshore balancer*, com o objetivo de exercer maior influência dentro do território europeu, e em especial sobre suas duas maiores aliadas e agora devedoras: França e Inglaterra.

Nesta linha histórica, com a chegada da trágica Segunda Guerra Mundial, segundo Fiori, se daria a consolidação do poder americano, a partir do momento em que sua entrada no conflito tornou-se oportunamente inevitável para os aliados europeus, que naquele momento se viam acossados pela ameaça da força bélica da Alemanha nazista. Tendo sido o acordo assinado entre o primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, e o então presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Roosevelt, a consolidação, na prática, da definitiva transferência do poder anglo-saxônico para o gigante americano, que a partir de então assumiria um papel central na guerra contra Alemanha e Japão, em dezembro de 1941 (FIORI, 2004, p. 85).

Sendo assim, a entrada na guerra cumpriria, segundo Fiori (2004), a incumbência de colocar os Estados Unidos na condição de protagonista na luta por uma hegemonia mais ampla e que abarcaria, além da Europa, o sudeste asiático; o que indiretamente viria a favorecer a China pelo apoio recebido por parte dos americanos com o intuito de isolar o então inimigo Japão.

Algo importante a se observar, e que José Luís Fiori ressaltaria para justificar sua tese sobre o “Universo em Expansão”, é o papel simbólico representado pelos bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki.

Segundo a perspectiva analítica de Fiori, tais bombardeios teriam cumprido uma função eminentemente ameaçadora e delimitadora de um novo paradigma que se instauraria. Sendo assim, os Estados Unidos da América, com a autorização dos bombardeios por parte do então presidente Truman, inaugurariam uma nova relação de poder, tanto com aliados, quanto com inimigos, em que a mensagem subliminar seria o estabelecimento de um limite imposto a quem, a partir daquele momento, ousasse desafiar o poder americano.

O que José Luís Fiori chamaria de Princípio do Limite, portanto, seria a afirmação de uma nova hegemonia que posteriormente iria se consolidar, tanto nos aspectos militares, quanto econômicos (FIORI, 2018, p. 15), dando ensejo ao estabelecimento de uma nova hierarquia de poder dentro do sistema internacional.

Neste diapasão, a consolidação do avanço do poder americano sobre a Europa consagraria a chamada Doutrina Truman, em 1947, como a nova estratégia global dos Estados Unidos da América. Segundo Fiori, tal estratégia global, teria como eixos

centrais a submissão da Europa a seus próprios parâmetros – sendo França e Inglaterra os aliados centrais, porém, sem o poder de decisão anterior a Segunda Guerra Mundial –, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como o “inimigo necessário” norteador do cálculo estratégico organizador e hierarquizador do planejamento expansionista militar dos Estados Unidos da América. Seguindo este raciocínio, o papel que durante dois séculos a Rússia teria exercido frente ao poder global da Inglaterra voltaria a ser desempenhado diante de um novo poder global emergente: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) seria, portanto, a bússula norteadora para a manutenção e fortalecimento da expansão do poder americano (FIORI, 2020, p. 45).

Ao mesmo tempo, neste novo contexto, os Estados Unidos da América forjariam um novo tipo de hegemonia em que, a partir da consolidação dos acordos de *Bretton Woods*, seria estabelecida uma estratégia de desenvolvimento em que, não somente os aliados vencedores da guerra, mas também os derrotados, Itália, Alemanha e Japão (FIORI, 2014, p. 83) se beneficiariam de uma espécie de zona de co-prosperidade norte-americana (FIORI, 2004, p. 88).

Neste sentido, segundo José Luís Fiori (2004), ao mesmo tempo em que os Estados Unidos expandiriam seu poder político através da competição militar com a União Soviética, manteriam uma espécie de cinturão de segurança, ou cordão sanitário, com aliados desarmados que seriam parte de sua máquina de acumulação global de poder e riqueza; protetorados militares beneficiários do projeto econômico global liderado pelos norte-americanos. Tal perspectiva perduraria durante aproximadamente duas décadas, até que este modelo de hegemonia mundial norte-americana se visse desafiado por uma nova realidade.

5.1 O paradoxo do hiperpoder

O que Fiori chamaria de “sucesso do mecanismo de acumulação de poder e riqueza” (2004) levado a cabo pela hegemonia americana desde o pós-Segunda Guerra Mundial, teria começado a ruir naquilo que – como já tratamos anteriormente – seria considerada uma crise, ou declínio, da hegemonia, liderança, ou poder

americano. Ocorre que, grosso modo, a chamada “crise do dólar” e a derrota na guerra do Vietnã – eventos ocorridos no início dos anos 1970 – num primeiro olhar pressagiarão o início do fim desta hegemonia, por supostamente representarem uma fraqueza daquele modelo vitorioso de crescimento capitalista ocorrido entre 1945 e 1973 (FIORI, 2014, p. 113).

Paradoxalmente, no entanto, Fiori veria tal fenômeno não como sinal de fraqueza, mas pelo contrário, como elemento representativo de um *hegemon* que manteria sua trajetória expansionista mesmo depois de aparentemente já ter conquistado a hegemonia mundial (2004).

Nesta perspectiva, segundo Fiori, a derrota no Vietnã teria sido um sintoma da escalada americana no sudeste asiático, onde a própria compulsão expansiva do *hegemon* o teria levado a uma derrota passageira (FIORI, 2023, p. 30-31), sem com isso afetar sua capacidade de iniciativa estratégica. Isso se comprovaria no fato de que a própria derrota teria levado os Estados Unidos da América a se aproximarem e formarem uma aliança estratégica com a China (FIORI, 2011, p. 12), o que bloquearia a hegemonia russa no sudeste asiático.

Seguindo a Teoria do Universo em Expansão, portanto, mesmo que a hegemonia mundial já estivesse estabelecida, o impulso expansionista do *hegemon* em busca por mais poder – até a conquista completa do poder global – o levaria a paradoxal atitude de desestabilizar a própria hegemonia. Sendo assim, segundo Fiori, a derrota no Vietnã na verdade teria sido o momento decisivo para que os Estados Unidos da América “mudassem a chave” do *hegemon* benevolente para iniciar uma trajetória mais agressiva e de cunho imperial pela conquista do mundo todo (FIORI, 2004, p. 91).

Ao mesmo tempo, a chamada “crise do dólar”, que levaria ao fim do padrão dólar-ouro, em 1973, e ao colapso do sistema de paridade cambial estabelecido em *Bretton Woods*, ocorreria juntamente com a crise do petróleo em um momento histórico que remete ao áureo período de sucesso econômico das duas décadas anteriores. Tal crise teria levado os Estados Unidos da América a desvalorizar o dólar de maneira abrupta em 1974, e alguns anos depois, no final dos anos 70, a fazer o movimento contrário. Reflexo de um processo de desregulação total do sistema financeiro

internacional, o chamado dólar-flexível, que ao contrário de ter sido o sintoma de uma crise terminal do poder americano, segundo Fiori, refletiria uma transferência de poder monetário e financeiro sem precedentes na história da economia mundial (FIORI, 2011, p. 11).

Sendo assim, dentro do raciocínio de José Luis Fiori, quando os Estados Unidos da América perceberam sua trajetória de expansão de poder limitada pelas circunstâncias, e, portanto, quando o modelo das últimas duas décadas anteriores se viu esgotado, a viabilidade da expansão do capital americano teria sido continuada por meio da instituição do dólar-flexível, possibilitando assim a manutenção da autonomia americana no manejo de sua política interna, porém, sem os entraves impostos pelo modelo anterior.

A chamada “crise do dólar”, dentro da perspectiva de Fiori, teria sido, portanto, uma mera desculpa estratégica para que os Estados Unidos da América pudessem mudar sua política econômica internacional. A derrota americana na verdade teria sido apenas um interregno entre dois momentos distintos de uma estratégia maior de expansão e acumulação de poder e riqueza dentro de um “universo em expansão”.

Neste sentido, o próprio contexto do fim da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, e o posterior colapso do mundo soviético teria, na visão de Fiori, impulsionado um novo paradigma de atuação de um país que já vinha se vendo desafiado há tempos pela ascensão de concorrentes como Alemanha (FIORI, 2014, p. 78-79) e Japão, e suas respectivas moedas nacionais, o Marco e o Iene.

Neste diapasão, portanto, a erosão da credibilidade do dólar – que caminhava junto da própria erosão de credibilidade da economia americana – teria impulsionado uma paradoxal reação dos Estados Unidos da América rumo a uma guerra que num primeiro olhar pareceria absolutamente desnecessária e contraproducente: a Guerra do Golfo de 1991 (FIORI, 2018, p. 16).

Tendo terminado sem uma guerra real, nem mesmo acordo de paz, a Guerra Fria culminaria com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a queda do muro de Berlim, sem, no entanto, vocalizar um acordo constitutivo para o novo mundo que se abriria a partir dali.

Neste cenário, segundo a perspectiva analítica de José Luís Fiori, a não disciplina de uma regra geral básica em âmbito global, tal qual teriam sido feitas em Vestfália, em 1648; Viena, em 1815; Versailles, em 1918; ou mesmo Yalta, Potsdam e São Francisco, em 1945 (FIORI, 2021b, p. 14), teria aberto uma espécie “caixa de pandora”, ou nas próprias palavras de Fiori, um “buraco ético”, um “vácuo assustador” (FIORI, 2018, p. 20) que liberaria a enorme força de um poderio militar sem limites.

Nesta perspectiva, portanto, mesmo que reuniões preliminares tivessem sido iniciadas pelas grandes potências vitoriosas em Houston e Dublin, em 1990 (FIORI, 2004, p. 94) – buscando definir a nova ordem mundial nascente –, a Guerra do Golfo, em 1991, viria a engolir qualquer daquelas tratativas.

Segundo Fiori, a Guerra do Golfo de 1991, mesmo que justificada sob argumentos legítimos de defesa da democracia e dos direitos humanos, teria na prática cumprido um papel definidor da nova ética internacional que estaria sendo instaurada naquele momento. Neste sentido, uma espécie de “princípio do limite” seria delimitado como a afirmação da nova hierarquia internacional que estaria nascendo sob a égide de um “poder coercitivo” impondo – através da guerra – “as regras do mundo que está nascendo das cinzas da Guerra Fria” (FIORI, 2018, p. 18); com a definição, assim, do que é justo e injusto neste novo paradigma internacional.

Segundo Fiori, portanto, este novo paradigma viria para ordenar um “superpoder soberano” através de uma “nova ordem construída sobre uma ética fundada na força e no medo” (FIORI, 2018, p. 19), o que de fato, pareceria uma incoerência, na medida em que, paradoxalmente, o que deveria representar uma nova ordem internacional fundada nos valores liberais e democráticos do Ocidente, se iniciaria na verdade como uma demonstração de poderio tecnológico e militar absolutamente desproporcional se levarmos em consideração que do lado iraquiano morreram por volta de 150 mil seres humanos, enquanto que do lado da aliança ocidental, pouco mais de 150 pessoas (FIORI, 2018, p. 15).

Ainda segundo Fiori, é possível compreender o fenômeno da Guerra do Golfo como um “bombardeio teledirigido” que teria cumprido um papel análogo ao dos bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, onde teriam sido definidos os parâmetros da nova ordem internacional “responsáveis pela definição e arbitragem

do bem e do mal, do justo e do injusto”, porém, com o agravante – que posteriormente iremos mencionar novamente – de que em 1991, diferentemente de 1945, “não havia nenhuma outra potência capaz de questionar os desígnios unilaterais dos Estados Unidos da América” (FIORI, 2021b, p. 15).

Neste sentido, portanto, 1991 representou uma verdadeira ruptura internacional com características inéditas onde – num primeiro momento – a liderança americana emulava um novo projeto global baseado na cooperação, na ação coletiva, democracia, prosperidade, paz, e redução das armas, porém, ao fim e ao cabo o que teria ocorrido foi a realidade prática a desmentir as meras intenções retóricas.

Neste cenário, o próprio discurso do então presidente americano George Bush à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1990, representou esta contradição, em que as palavras não viriam acompanhadas pela realidade fática do que se viu posteriormente:

We have a vision of a new partnership of nations that transcends the Cold War. A partnership based on consultation, cooperation, and collective action, especially through international and regional organizations. A partnership united by principle and the rule of law and supported by an equitable sharing of both cost and commitment. A partnership whose goals are to increase democracy, increase prosperity, increase the peace, and reduce arms (KISSINGER apud FIORI, 2021b, p. 15).

Sendo assim, segundo Fiori, a estratégia unilateral a conduzir a conduta dos Estados Unidos da América viria a ser implementada, na prática, a partir do grupo de trabalho formado por figuras como Dick Cheney, Paul Wolfowitz, Donald Rumsfeld e Colin Powell, com o intuito de estabelecer as diretrizes fundamentais do chamado “novo século americano”, que seria o século XXI, onde uma política externa de contenção ativa seria posta em prática para impedir o surgimento de qualquer potência regional que pudesse ameaçar o poder global dos Estados Unidos da América (FIORI, 2021b).

O “novo século americano” viria, portanto, a ser a personificação documental de um projeto de expansão de poder unilateral que transcenderia, segundo Fiori, inclusive as nuances programáticas entre Democratas e Republicanos na disputa política interna americana. Isso se comprovaria durante o período de governo do presidente Bill Clinton, quando, não obstante toda a retórica em defesa do “poder pacífico dos

mercados e na força econômica convergente da globalização” (FIORI, 2004, p. 97), o que se teria visto, na prática, durante os oito anos de mandato do democrata foi um ativismo militar sem precedentes e de caráter permanente onde os Estados Unidos da América se envolveriam em nada menos do que 48 intervenções militares – mais do que em toda Guerra Fria -, incluindo as intervenções na Somália, entre 1992-1993; na Macedônia, em 1993; no Haiti, em 1994; na Bósnia-Herzegovina, em 1995; no Sudão, em 1998; na Iugoslávia, em 1999; sem contar os bombardeios esporádicos no Iraque, em 1998 (BACEVICH, 2002, p. 14). Todas estas intervenções, segundo Fiori, realizadas “em nome de uma retórica humanitária” (FIORI, 2021b, p. 16), retórica esta muito bem emulada por um simpático e carismático presidente Bill Clinton, mas que na prática, não corresponderia, infelizmente, a realidade que se observaria no sistema internacional dos anos 1990:

In a new era of peril and opportunity, our overriding purpose must be to expand and strengthen the world's community of market-based democracies. Now we seek to enlarge the circle of nations that live under those free institutions, for our dream is of a day when the opinions and energies of every person in the world will be given full expression in a world of thriving democracies that cooperate with each other and live in peace (KISSINGER apud FIORI, 2021b, p. 16).

Sendo assim, segundo a perspectiva do Universo em Expansão de Fiori, a década de 1990 teria sido um período em que o poder americano – a despeito de sua condição hegemônica unipolar no sistema internacional – se impôs de maneira acelerada rumo à construção de uma infraestrutura de caráter imperial sob a égide de um poder soberano global (FIORI, 2021b).

Tal movimento expansionista viria a demonstrar que não teria sido o desaparecimento do comunismo, em 1991, que deixaria o sistema internacional desorientado, mas o desaparecimento do sistema bipolar em âmbito mundial, o que segundo José Luís Fiori, teria sido fundamental para a manutenção de um certo equilíbrio de poder durante toda a Guerra Fria. Neste sentido, ainda segundo o investigador brasileiro, o desaparecimento da bipolarização existente entre 1945 e 1991 envolvendo dois Estados com capacidade de intervenção militar global, teria deixado um vácuo no campo do poder e dos valores internacionais, e acima de tudo:

Uma incógnita absolutamente nova e radical, porque até então o sistema mundial ainda não tinha vivido a possibilidade real de constituição de um império mundial capaz de impor sua vontade política e seu arbítrio econômico sem enfrentar nenhum tipo de resistência política ou militar (FIORI, 2004, p. 95).

Nesta perspectiva, a década de 1990 teria sido um período em que, além das inúmeras intervenções, os Estados Unidos da América também estenderiam “sua presença militar de maneira permanente na Europa Central e em cerca de 130 países distribuídos por todos os continentes” (FIORI, 2021b, p. 16), o que, acompanhado do processo de aprofundamento da desregulação dos mercados globais, permitiria ao poder americano uma expansão sem precedentes de sua atuação em todas as esferas globais, em uma amálgama de influência não só militar, mas também financeira.

Na mesma linha de raciocínio, o especialista internacional norte-americano, Chalmer Johnson, resumiria a atuação expansionista dos Estados Unidos da América entre, segundo ele, 1989 e 2002, quando teria ocorrido uma:

Revolution in America's relation with the resto of the world. At the beginning of the period, the conduct of foreign policy was still largely a civilian operation (...) By 2002, all this had changed. The United States no longer had a "foreign policy". Instead, it had a military empire (...) During this period of little more than a decade, a vast complex of interests, commitments, and projects was woven together until a new political culture paralleling civil society came into existence. This complex, which I am calling an empire (...) It consists of permanent naval bases, military airfields, army garrison, espionage listening posts, and strategic enclaves on every continent of the globe (JOHNSON, 2004, p. 22-23).

Seguindo seu percurso rumo a uma expansão constante de poder em âmbito global (FIORI, 2004), os Estados Unidos da América entrariam no século XXI com “o germe do projeto imperial que se explicitou durante o governo de George W. Bush, em particular depois dos atentados de 11 de setembro de 2001” (FIORI, 2021b, p. 17).

Neste diapasão, segundo a perspectiva analítica do investigador brasileiro, o evento catastrófico ocorrido no dia 11 de setembro de 2001 teria sido o desencadeador de uma nova ruptura em que a “unipolaridade imperial” reinante até então - a partir da reafirmação do dólar, desregulação das finanças internacionais, e escalada armamentista - (FIORI, 2020, p. 98), seria aprofundada na consolidação das diretrizes

do projeto do “século americano” iniciadas no governo de George H. W. Bush, entre 1989 e 1991.

Neste cenário, o retorno dos *neocons* do partido Republicano, agora liderados pelo vice-presidente Dick Cheney, traçaria na guerra global ao terrorismo a oportunidade para a implementação de um projeto de expansão de poder sem limites onde, segundo as palavras de Paul Wolfowitz, então subsecretário de Defesa do governo George W. Bush, o inimigo dos Estados Unidos da América poderia estar em qualquer lugar, e os americanos deveriam estar preparados para o “desconhecido, o incerto, o inesperado” (FIORI, 2021b, p. 18), ou nas palavras de Donald Rumsfeld:

We also decided to move away from the old threat-based strategy that had dominated our country's defense planning for nearly half a century and adopt a new capabilities-based approach – one that focuses less on who might threaten us, or where, and more on how we might be threatened and what is needed to deter and defend against such threats (RUMSFELD apud FIORI, 2021b, p. 18).

Neste sentido, a doutrina estratégica implementada na administração George W. Bush traria a figura de uma espécie de “inimigo invisível” e universal que poderia estar em qualquer lugar e, portanto, qualquer pessoa poderia ser declarada um terrorista e alvo das forças americanas em qualquer lugar do mundo e acima de qualquer soberania nacional.

Tal concepção, segundo José Luís Fiori, instauraria uma instabilidade sem precedentes no sistema internacional, na medida em que os Estados Unidos de maneira unilateral e imperial se arrogassem no poder de definir quem é terrorista, independentemente de respeito à fronteiras e soberanias nacionais, e mesmo que os alvos da guerra ao terror fossem de fato Estados-nacionais – como nos casos do Afeganistão e do Iraque (FIORI, 2021b, p. 19). Neste contexto, um ambiente de insegurança generalizado se instauraria em uma expansão de poder de cunho imperial, militar e global que, segundo Fiori, levaria a uma reação generalizada no sistema internacional-interestatal, na medida em que a retórica da guerra ao terror gerasse um temor generalizado no próprio sistema, dado os possíveis ataques terroristas e imprevisíveis respostas militares perpetradas unilateralmente pelos Estados Unidos em qualquer lugar do sistema.

Por outro lado – e por mais paradoxal que possa parecer -, o aprofundamento da própria expansão de poder iniciado no início dos anos 1990 não havia terminado e caminharia junto com a guerra global ao terrorismo como dois “irmãos siameses” se retroalimentando. Isso teria se observado, segundo Fiori, por exemplo, quando logo a seguir aos ataques de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos se retiraram do Tratado Antimísseis Balísticos celebrado com a União Soviética em 1972, e pouco tempo depois, implementaram um sistema balístico de defesa antimísseis nos territórios da Polônia e da República Checa, ou seja, nas bordas da fronteira da Rússia (FIORI, 2021, p. 19). O velho “inimigo necessário” da estratégia de segurança anglo-saxã, portanto, não estaria esquecido e continuaria sendo uma bússola norteadora desta estratégia; por mais que não fosse, naquele momento, a potência bélica de outrora (FIORI, 2017).

Segundo o raciocínio de Fiori, portanto, todos estes acontecimentos indicariam um expansionismo de poder ininterrupto e de caráter imperial dos Estados Unidos da América, com o intuito não apenas de combater ameaças terroristas, mas de potencializar sua liderança militar e tecnológica frente aos seus competidores no sistema internacional, ou interestatal. Não por acaso, segundo o investigador brasileiro “a resistência ao poder americano acabou surgindo de onde sempre veio, ou seja, de dentro do núcleo geopolítico central do sistema interestatal: em primeiro lugar da Rússia, do ponto de vista militar, e depois da China, sobretudo do ponto de vista econômico” (FIORI, 2021b, p. 19).

Diante destas premissas, seria cabível supor que o expansionismo americano potencializado a partir do colapso da sua rival hegemônica, a União Soviética, teria na guerra (do Golfo, a princípio), um “efeito energizante” capaz de cumprir a função de recuperação da credibilidade do dólar frente aos seus parceiros-competidores; nomeadamente, o iene japonês, e o marco alemão, mas também da credibilidade do poderio militar e tecnológico em senso mais amplo (FIORI, 2018, p. 16).

Mais além do que isso, a simples ideia de que um único Estado com poder global é indispensável para a manutenção da paz no sistema internacional, na perspectiva do Universo em Expansão de José Luís Fiori, por si só seria uma falácia (FIORI, 2004, p. 13), na medida em que a sucessão quase contínua de guerras

observadas ao longo da história do sistema internacional, e em particular desde 1991, comprovariam a tese de um verdadeiro “paradoxo do hiperpoder” (FIORI, 2021b, p. 13). Ou nas palavras do próprio investigador brasileiro, “toda grande potência está fadada a seguir expandindo o seu poder, mesmo que seja em períodos de paz, e se possível, até o limite do monopólio, absoluto e global” (FIORI, 2004, p. 41).

Conclusão

A expansão do poder e da riqueza dos Estados Unidos da América, na perspectiva analítica de Fiori, seguiria a longa duração histórica de formação do sistema interestatal “inventado” na Europa, onde lentamente se forjaria em grandes explosões expansivas. Sendo assim, e como já mencionado neste trabalho, um processo peculiar de acumulação de poder e riqueza delimitaria a essência do Estado-nacional forjado na Europa através eminentemente do jogo das guerras.

O “paradoxo do hiperpoder” (FIORI, 2004, p. 15) seria, portanto, refletido nas “guerras infinitas” (FIORI, 2018, p. 77) dos últimos 30 anos, todas – em sua grande maioria – com a participação direta dos Estados Unidos da América, o *hegemon* do sistema; espelho do que ocorreu ao longo de todo o período histórico de formação do sistema interestatal, ou sistema internacional.

Tal fenômeno, segundo Fiori, ocasionado pelas chamadas explosões expansivas, dialogariam com a natureza hierárquica do sistema interestatal, ou sistema internacional, em que os Estados mais poderosos competiriam entre si através de um movimento expansivo e permanente de luta pelo controle de situações monopólicas a partir das armas, das finanças, da informação e da inovação tecnológica.

O universo em expansão do sistema internacional residiria nesta perspectiva de acumulação contínua e de pressão competitiva interna; e as explosões expansivas teriam vindo da projeção para fora das potências mais competitivas em ampliação às fronteiras globais do próprio sistema, onde, segundo Fiori:

A primeira vez que isso ocorreu, como já vimos, foi no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350, e a segunda vez no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. Houve, porém, uma terceira grande explosão expansiva que ocorreu no “longo século XIX”, entre 1790 e 1914. Nesse caso, o aumento da pressão competitiva foi provocado: pela luta contínua entre França e Inglaterra dentro e fora da Europa; pelo surgimento e pela incorporação dos novos Estados americanos; e pela pressão causada por três novas potências emergentes – Estados Unidos, Alemanha e Japão – que cresceram muito rapidamente

e revolucionaram a economia capitalista e o núcleo central das grandes potências (FIORI, 2014, p. 31).

Segundo este raciocínio, portanto, as explosões expansivas do sistema interestatal – internacional trariam consigo a possibilidade do surgimento de novas potências emergindo em meio à dinâmica competitiva inerente ao próprio sistema. E neste sentido, segundo Fiori, estaríamos vivenciando uma nova explosão expansiva desde o início do século XXI, uma quarta explosão expansiva forjada a partir da crise dos anos 1970 e que teria sido provocada pela pressão causada pela própria estratégia expansionista dos Estados Unidos da América, uma pressão competitiva dentro do sistema e provocada “pelo expansionismo imperial dos Estados Unidos, pela multiplicação do número dos Estados soberanos dentro do sistema e pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos Estados asiáticos, e da China em particular” (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008, p. 24).

Neste sentido, não somente a ascensão chinesa (XUETONG, 2021) teria impulsionado o aumento da pressão competitiva (SHAMBAUGH, 2018) no início do século XXI, mas a própria restauração do poder militar da Rússia, o salto tecnológico da Índia, a nova centralidade do Irã, o crescimento econômico de Brasil e Turquia e, segundo Fiori, a divisão e declínio do projeto europeu (FIORI, 2020, p. 11). E, portanto, é preciso compreender o avanço do poder, segundo Fiori, de cunho imperial dos Estados Unidos, como um “sintoma” do próprio *modus operandi* de um sistema que condiciona as potências dominantes a estarem em permanente processo de expansão e em permanente preparação para a guerra como modo de manter a posição monopólica de poder que já possuem; tendo isto se agravado – como já mencionado anteriormente – a partir de 1991, quando, nas palavras de Fiori:

Os Estados Unidos se viram na condição de detentores exclusivos do poder global dentro do sistema internacional. Isso corrobora a nossa tese de que o *hegemon* é o principal desestabilizador do sistema internacional que ele lidera, pelo simples motivo de que ele precisa mudar o próprio sistema para poder manter a sua proeminência ou a sua supremacia (FIORI, 2023, p. 19).

Isto se confirma no fato de que, segundo o próprio Fiori, os Estados Unidos depois de 1991 atuaram como uma espécie de “superestado”, iniciando, ou

participando, direta ou indiretamente de todos os grandes conflitos travados depois do fim da Guerra Fria (FIORI, 2023, p. 36).

Neste sentido, os Estados Unidos teriam perpetrado:

Quarenta e oito intervenções militares na década de 1990 e se envolveram em várias guerras “sem fim”, de forma contínua, durante as duas primeiras décadas do século XXI. Nesse período, os norte-americanos fizeram vinte e quatro intervenções militares ao redor do mundo e realizaram 100 mil bombardeios aéreos, e, só no ano de 2016, ainda durante o governo de Barack Obama, lançaram 26.171 bombas sobre sete países simultaneamente. Encerrou-se, assim, definitivamente, a expectativa dos séculos XVIII, XIX e XX de que um “superestado” ou uma “potência hegemônica” conseguiria, finalmente, assegurar uma paz duradoura dentro do sistema interestatal criado pela paz de Vestfália em 1648. Ou seja, no período em que a humanidade teria estado mais próxima de uma “paz perpétua”, tutelada por uma única “potência global”, o que se assistiu foi uma sucessão quase contínua de guerras envolvendo a própria potência dominante (FIORI, 2023, p. 109).

Dentro deste raciocínio, o aumento vertiginoso de novos competidores no sistema interestatal-internacional, nesta quarta explosão expansiva retratada por Fiori, teria condicionado o *hegemon* a ir além e destruir o próprio sistema criado e tutelado por ele mesmo no pós-segunda guerra, dado que na lógica do próprio “Universo em Expansão”, o compromisso da potência dominante com o *status quo* somente se mantém na medida em este *status quo* não se torne um obstáculo ao caminho de expansão de poder do *hegemon*.

Grosso modo, este fenômeno se daria, segundo Fiori, em razão da entrada de novos atores no jogo hierárquico interestatal – alguns inclusive, como a China, “que transformou sua civilização e império milenar num Estado nacional que foi se incorporando, progressivamente, aos organismos multilaterais criados pelas potências ocidentais” (FIORI, 2020, p. 14). Neste sentido, a utilização dos mesmos meios e métodos forjados no Ocidente pelo “sistema de Vestfália” e da geopolítica das nações levaria a um tensionamento sem precedentes no sistema internacional. Isto se explica pela pressão que estes novos Estados nacionais passaram a exercer por uma mudança na hierarquia do poder e da riqueza global, e acima de tudo, no questionamento “a monopolização do poder global pelos Estados Unidos no final do século XX” (FIORI, 2020, p. 15).

Diante destes fatos, teria havido uma reação dos Estados Unidos, que ao se sentirem ameaçados, passariam a agir de maneira a fragilizar o próprio sistema multilateral que haviam criado após a Segunda Guerra Mundial. Algo que, segundo Fiori, teria ficado bastante nítido durante a administração Donald Trump, quando os Estados Unidos teriam decidido abandonar o universalismo moral e o próprio papel de líder do sistema internacional para jogar “os povos uns contra os outros, dissolvendo todo tipo de bloco ou coalizão que pudesse ameaçar o poder americano, como no caso da União Europeia, que os próprios americanos haviam ajudado a criar” (FIORI, 2020, p. 15).

Tal fenômeno, como já explicitado ao longo deste trabalho, não seria um ponto fora da curva representado pela errática administração Donald Trump, mas o resultado de um longo fio histórico que estaria se reproduzindo novamente na atualidade. Sendo assim, a postura agressiva dos Estados Unidos às instituições internacionais criadas e tuteladas por eles mesmos – justamente no momento em que teriam alcançado o papel de potência hegemônica unipolar da vitoriosa ordem internacional liberal – contradiz inclusive prognósticos a respeito das razões da instabilidade global contemporânea (LAYNE, 2011; 2012; 2020), na medida em que, segundo Fiori (2020), existiria um “arquétipo universal”, ou uma regra oculta no sistema interestatal-internacional que transcenderia a própria experiência particular dos Estados Unidos. Neste arquétipo, a disputa pelo monopólio do poder e da riqueza dentro do sistema produziria a reação dos Estados concorrentes, e a ameaça destes ao poder do hegemom, o obrigaria a voltar-se contra o próprio sistema para manter-se no topo da hierarquia.

Algo que viria em consonância com o que teria ocorrido ao longo da história do sistema interestatal-internacional onde, nos últimos cinco séculos, as potências hegemônicas e suas concorrentes diretas teriam sido responsáveis pela maioria das grandes guerras:

Tanto no caso da Espanha e da França, entre os séculos XV e XVII, quanto no caso da Inglaterra e dos Estados Unidos, entre os séculos XVII e XXI. Comprova-se, em todos os casos, que “a” ou “as” grandes “potências hegemônicas” iniciam as suas guerras e desestabilizam todas as situações de paz simplesmente porque necessitam seguir expandindo o seu poder para poder manter o poder que já possuem, ou seja, de forma mais concreta, precisam estar sempre à frente de seus competidores imediatos, para impedir que surja, em qualquer ponto do sistema, algum rival com poder suficiente para

ameaçar a sua dominação ou a sua liderança global ou regional, em todo e qualquer canto do mundo. Tudo isso porque, em última instância, no campo das relações internacionais, não existe nada que possa se desenvolver fora do espaço-tempo das relações hierárquicas, assimétricas e conflituosas de poder, seja entre os antigos impérios, seja entre os Estados nacionais modernos” (FIORI, 2023, p. 37).

Confirma-se, portanto, na perspectiva analítica de José Luís Fiori, que as guerras e crises econômicas dos últimos 30 anos representariam em fatos e evidências que a teoria da estabilidade hegemônica seria um engano, na medida em que o *hegemon* teria sido incapaz – em uma ordem internacional supostamente pacificada e unipolar após o colapso da “ameaça comunista” representada pela União Soviética e seus satélites (FIORI, 2018, p. 14) – de ordená-lo, e muito menos, de pacificá-lo. Pelo contrário, o que se viu foi o próprio *hegemon* desestabilizando o sistema internacional de maneira deliberada.

Neste contexto, a própria ideia da paz como fim em si mesmo seria uma utopia na medida em que “o objetivo de todas as guerras nunca foi a paz pela paz, mas sim a conquista de uma vitória que permitisse ao ganhador impor sua vontade aos derrotados” (FIORI, 2023, p. 17); impor a sua *pax* sob os escombros e corpos dos derrotados. As guerras, portanto, neste ponto de vista e para além da submissão do adversário, buscaria acima de tudo a expansão do poder dos vitoriosos.

O que pareceria uma contradição, na perspectiva de José Luís Fiori, seriam duas faces da mesma moeda na medida em que a paz:

É quase sempre um período de “trégua” que dura o tempo imposto pela “compulsão expansiva” dos ganhadores e pela necessidade de “revanche” dos derrotados. Esse tempo pode ser mais ou menos longo, mas não interrompe o processo de preparação de novas guerras, seja da parte dos vitoriosos, seja da parte dos derrotados. Por isso se pode dizer, metaforicamente, que toda paz está sempre “grávida” de uma nova guerra (FIORI, 2021b, p. 25-26).

A chave para a compreensão da instabilidade global contemporânea, segundo a Teoria do Universo em Expansão de José Luís Fiori, é a hipótese de que a guerra sempre caminha junto com as relações de poder. Poder político como um fluxo que para existir e se impor, “precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente. E o ato da conquista é a força originária que instaura e acumula poder” (FIORI, 2007, p. 17).

Em similar perspectiva, inclusive, novas abordagens analíticas, como a do cientista político norte-americano Michael Beckley, compreendem visão similar à Teoria do Universo em Expansão, na medida em que também passam a perceber no poder do *hegemon* o principal agente provocador da crise no sistema internacional (BECKLEY, 2020).

Neste sentido, a Teoria do Universo em Expansão explicaria a pressão competitiva causada com a incorporação ao sistema interestatal-internacional de países como China e Rússia; o que teria elevado as fraturas e tensões mundiais, aprofundando a própria guerra comercial entre Estados Unidos e China, bem como a trágica guerra na Ucrânia levada a cabo pelo revanchismo russo com a derrota na Guerra Fria.

As perspectivas, portanto, para a ordem mundial que talvez venha a se instaurar nos escombros da ordem internacional liberal unipolar, será a ausência de uma potência, ou mesmo região hegemônica (ZHAO, 2022) que tenha o poder de definir e impor suas regras de maneira unilateral. Ou, nas palavras de José Luís Fiori:

Em poucos anos, o sistema interestatal se universalizou, a hegemonia dos valores europeus está acabando, o império americano encolheu, e o mundo está passando de um “unilateralismo quase absoluto” para um “multilateralismo oligárquico agressivo”, em trânsito na direção de um mundo que viverá, por algum tempo, sem uma potência hegemônica (FIORI, 2023, p. 163-164).

A alvissareira possibilidade de um mundo novo que supere a lógica maniqueísta do jogo das guerras criado pelos europeus através da expansão permanente e fratricida do poder e da riqueza, tal qual tentamos demonstrar neste trabalho a respeito da Teoria do Universo em Expansão, oxalá se demonstre viável com a passar do tempo, na medida em que o sistema internacional caminhar para uma possível estabilização através de uma “nova bipolaridade global entre regiões e civilizações, e não entre países de uma mesma cultura europeia e ocidental” (FIORI, 2020, p. 101).

Nesta perspectiva, até um novo tipo de hegemonia não agressiva exercida pela China em sua cultura milenar e particular, completamente diferente daquela forjada nos últimos séculos pelos europeus, poderia emergir (FIORI, 2021b, p. 464). Sendo o mais

provável, na visão de Fiori, a possibilidade de um mundo onde alguns poucos países se veriam obrigados a conviver de maneira mais ou menos harmônica a fim de evitar uma hecatombe nuclear. Neste sentido, o modelo belicista inventado pelos micro Estados europeus seria definitivamente enterrado, em nome de uma “paz perpétua” (FIORI, 2021b, p. 26) forjada em algo similar àquilo que foi a *Pax Romana*, em que “os romanos conseguiram pacificar sua relação com seus povos periféricos e vassallos, e também com seus estados competidores, em particular o Império Persa” (FIORI, 2021b, p. 99) durante um longo período de quase 200 anos na história do império (28 a.c à 180 d.c).

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni (1996) – *O longo século XX*. São Paulo: Unesp.

ARON, Raymond (2002) – *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: EdUnB.

BACEVICH, Andrew (2002) – *American Empire*. Massachusetts: Harvard University Press.

BANO, Saira (2020) – The Return of Great Power Rivalry: Democracy Versus Autocracy from the Ancient World to the U.S. and China. *Asian Affairs*, 51:3, p. 677-679.

BECKLEY, Michael (2020) – Rogue Superpower: Why this could be an illiberal american century. *Foreign Affairs*. Acedido em 10 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-10-06/illiberal-american-century-rogue-superpower>.

BORDACHEV, Timofei; PANOVA, Victoria; SUSLOV, Dmitry (2020) – "BRICS: global governance amid pandemic rivalry". BRICS And The Rivalry Pandemic. Moscou: *Valdai Discussion Club*. p. 8-13. Acedido em 16 de junho de 2023. Disponível em: <https://valdaiclub.com/a/reports/brics-and-the-rivalry-pandemic/>.

BLANKENSHIP, Brian; DENISON, Benjamin (2019) – Is America Prepared for Great-power Competition?, *Survival*, 61:5, p. 43-64.

BRAUDEL, Fernand (1972) – *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença.

BRAUDEL, Fernand (2009) – *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes.

BRAUDEL, Fernand (1987) – *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.

BULL, Heddley (2002) – *A sociedade anárquica*. Brasília: EdUnB.

CAMPBELL, Kurt. M.; DOSHI, Rush (2020) – The Coronavirus Could Reshape Global Order: China is Maneuvering For International Leadership as The United States Falter. *Foreign Affairs*. Acedido em 18 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-03-18/coronavirus-could-reshape-global-order>.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (2004) – *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARR, Edward Hallett (2001) – *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: EdUnB.

ELIAS, Norbert (1990) – *O processo civilizacional, Vol. 2*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

FARIA, Luis Augusto Estrella (2013) – O valor do conceito de hegemonia para as relações internacionais. *Revista brasileira de estratégia e relações internacionais*: Vol. 2, n. 3, p. 209-232.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (2001) – *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes.

FIORI, José Luís (2004) – *O poder americano*. Petrópolis: Vozes.

FIORI, José Luís (2007) – *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo.

FIORI, José Luís (2005) – “Sobre o poder global”. *Revista Novos Estudos*. CEBRAP: Vol. 3, 73, pp. 61 – 72. Acedido em 06 de junho de 2023. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-73/>.

FIORI, José Luís, MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin (2008) – *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record.

FIORI, José Luís (2014) – *História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

FIORI, José Luís (2011). “Mudança da estratégia e da ordem americana depois da crise de 1973”. In Fiori J. L. In *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. Brasília, DF: CEPAL – IPEA, pp. 10 – 15. Acedido em 16 de junho de 2023. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1347/1/TD_1560.pdf.

FIORI, José Luís (2018) – *Sobre a Guerra*. Petrópolis: Vozes.

FIORI, José Luís (2020) – *A síndrome de babel e a disputa do poder global*. Petrópolis: Vozes.

FIORI, José Luís (2021b) – *Sobre a paz*. Petrópolis: Vozes.

FIORI, José Luís (2023) – *A guerra, a energia e o novo mapa do poder global*. Petrópolis: Vozes INEEP.

FIORI, José Luís (2017) – O lugar da Rússia e da guerra na nova estratégia global dos EUA. *Federação Única dos Petroleiros – FUP*. Acedido em 14 de junho de 2023. Disponível em <https://www.fup.org.br/geep-fup/item/21643-fiori-o-lugar-da-russia-e-da-guerra-na-nova-estrategia-global-dos-eua>.

FIORI, José Luís (2019). Geopolítica e Fé. *Outras Mídias*. Acedido em 24 de junho de 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/geopolitica-e-fe/>.

FIORI, José Luís (2021a). Ideias e militância de um intelectual público. Entrevista concedida a Gilberto Bercovici e Luis Felipe Osório. *Revista Margem Esquerda*. n 37. Boitempo. Acedido em 14 de outubro de 2023. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/613472-ideias-e-militancia-de-um-intelectual-publico-entrevista-com-jose-luis-fiori>.

FIORI, José Luís (2021c). As estranhas derrotas de uma potência que não para de se expandir e acumular poder. *Carta Maior*. Acedido em 02 de agosto de 2023, em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/As-estranhas-derrotas-de-uma-potencia-que-nao-para-de-se-expandir-e-acumula>

FURTADO, Celso (1974) – *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIL, José (2020) – À procura do novo espectador: o que nos deixou 2020? *O Público*. Lisboa. 23 de dezembro de 2020.

GILPIN, Robert (1987) – *The political economy of international relations*. New Jersey: Princeton University Press.

GILPIN, Robert (1988) – The theory of hegemonic war. *Journal of Interdisciplinary History*. Massachusetts. Vol. 18, n 4, p. 591-613.

GILPIN, Robert (1981) – *War and change in world politics*. Cambridge. MA: Cambridge University Press.

GILPIN, Robert (1975) – *Us power and the multinational corporation*. New York: Basic Books.

GRAMSCI, Antonio (1971) – *Selections from the prison notebooks*. Nova York: International Publishers.

GRAVIS, Maria (2019): Revisiting the fallacies in Hegemonic Stability Theory in light of the 2007–2008 crisis: the theory's hollow conceptualization of hegemony, *Review of International Political Economy*. Vol. 28, n 3, p. 739-760.

GRUNBERG, Isabelle (1990) – Exploring the “myth” of hegemonic stability. *International Organization*. Cambridge. Vol. 44, n 4, p. 431-477.

HAYNES, Peter (2020) - What U.S. Navy strategists and defense planners should think about in the era of maritime great power competition, *Defense & Security Analysis*. Vol. 36, n 1, p. 101-108.

HICKS, Robert, ATWELL, Kyle, COLLINI, Dan (2021). Great power competition is coming to Africa: The United States needs to think regionally to win. *Foreign Affairs*. Acedido em 09 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/africa/2021-03-04/great-power-competition-coming-africa>.

JOHNSON, Chalmer (2004) – *The sorrows of empire*. New York: Metropolitan Books.

KINDLEBERGER, Charles (1973) – *The world in depression 1929-1939*. Berkeley: University of California Press.

KINDLEBERGER, Charles (1981) – Dominance and leadership in the international economy. Exploitation, Public Goods and Free Rides. *International Studies Quarterly*. Vol 25, n 2, p. 242-254.

KINROSS, Lord (2022) – *Os séculos otomanos: ascensão e queda do Império Turco*. Lisboa: BookBuilders.

KISSINGER, Henry (1994) – *Diplomacy*. New York: McGraw Hill.

LAYNE, Christopher (2011) – The unipolar exit: beyond the Pax Americana. *Cambridge Review of International Affairs*. Vol. 24, n 2, p. 149-164.

LAYNE, Christopher (2012) – This time it's real: The end of unipolarity and the "Pax Americana". *International Studies Quarterly*. Vol. 56, n 1, p. 203-213.

LAYNE, Christopher (2020). Coming Storms: the return of great power war. *Foreign Affairs*. Acedido em 17 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-10-13/coming-storms>.

LAMEIRAS, Leonardo Diniz (2016) – A evolução conceitual do pensamento estruturalista latino-americano: aportes teóricos para a construção de uma historiografia autônoma das relações internacionais. *Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*: n 1, p. 58-74.

MAQUIAVEL, Nicolau (1973) – *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural.

MACMILLAN, Margaret (2014) – *A primeira guerra mundial*. São Paulo: Globo Livros.

MEAD, Walter Russel (2021) – The End of Wilsonian Era: why liberal internationalism failed. *Foreign Affairs*. Acedido em 17 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-12-08/end-wilsonian-era>.

MEARSHEIMER, John. (2001) – *The tragedy of great powers*. New York: W.W Norton & Company.

MENDES, Marcos Vinicius Isaias (2018) – Is it the end of north american hegemony? A structuralist perspective on Arrighi's systemic cycles of accumulation and the theory of hegemonic stability. *Brazilian Journal of political economy*. Vol. 38, n 3, p. 434-449.

METRI, Maurício Médici (2012) – A primazia mercantil e monetária da Sereníssima República de Veneza na Europa nos séculos XIII e XV. *Oikos*. Vol. 11, n. 2, p. 143-165.

MODELSKI, George (1987) – *Long cycle in world politics*. New York: Springer.

PETERS, Michael (2021) – Declinism and discourses of decline – the ends of the war in Afghanistan and the limits of American power. *Educational Philosophy and Theory*.

Acedido em 29 de setembro de 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/00131857.2021.1982694>.

PORTER, Patrick (2019) - Advice for a Dark Age: Managing Great Power Competition, *The Washington Quarterly*. Vol. 42, n 1, p. 7-25.

PRATT, Simon Frankel, LEVIN, Jamie (2021). Vaccines will shape the new geopolitical order. *Foreign Policy*. Acedido em 09 de junho de 2023. Disponível em:

<https://foreignpolicy.com/2021/04/29/vaccine-geopolitics-diplomacy-israel-russia-china/>.

PREBISCH, Raúl (1981) – *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica.

REIS VIANNA, Fabio (2022) – A escalada sem volta. *Monitor Mercantil*. Acedido em 07 de novembro de 2023. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/a-escalada-sem-volta/>

RIBEIRO, Guilherme – A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geohistória e a longa duração. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.605-639.

RODRIGUEZ, Octavio (2009) – *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ROBERTS, Cynthia (2019) The BRICS in the Era of Renewed Great Power Competition, *Strategic Analysis*. Vol. 43, n 6, p. 469-486.

RUMSFELD, Donald (2002). Transforming the military. *Foreign Affairs*. Vol. 81, n 3, p. 20-32. Acedido em 04 de fevereiro de 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.2307/20033160>.

SHAMBAUGH, David (2018) – US – China Rivalry in Southeast Asia: Power Shift or Competitive Coexistence?. *International Securit.*, Vol. 42, n 4, p. 85-127. Acedido em 28 de Agosto de 2023. Disponível em:

<https://direct.mit.edu/isec/article-abstract/42/4/85/12193/U-S-China-Rivalry-in-Southeast-Asia-Power-Shift-or?redirectedFrom=fulltext>.

SILVA, Ana Karolina Morais et al. (2020) – O debate teórico acerca da estabilidade do Sistema Internacional e suas contribuições. *Oikos*. Vol. 19, n 3, p. 57-74.

SINGH, Paramjit (2020) – Beyond the COVID-19 Pandemic: Gauging Neoliberal Capitalism and the Unipolar World Order, *International Critical Thought*. Vol. 10, n 4, p. 635-654.

STRANGE, Susan (1994) – The persistent myth of lost hegemony. *The MIT Press*, Vol. 41, n 4, p. 551-574.

SHARMA, Shalendra (2020) - Trump and the End of an Era? The Liberal International Order in Perspective. *The International Spectator*. Vol. 55, n 3, p. 82-97.

TELES DA SILVA, Marcelo Leal (2020) – *Crise Sistêmica: veredas estratégicas*. São Paulo: Outras Expressões.

TUCÍDIDES (2001) – *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: EdUnb.

SUSLOV, Dmitry (2020) – Non-Western Multilateralism: BRICS and SCO in the Post-Covid World. *Valdai Club*. Acedido em 15 de junho de 2023. Disponível em: <https://valdaiclub.com/a/highlights/non-western-multilateralism-brics-and-the-sco/>.

THE WHITE HOUSE (2017). National Security Strategy of The United States of America. Acedido em 17 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>.

THE WHITE HOUSE (2021). Interim National Security Strategic Guidance. Acedido em 14 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/03/03/interim-national-security-strategic-guidance/>.

TILLY, Charles (1996) – *Coercion, capital, and european states, AD 990-1990*. Massachusetts: Blackwell.

VERTIN, Zach (2020). Great Power Rivalry in The Red Sea: China's Experiment In Djibout Implications For The United States. Global China Assessing China's Growing Role in The World. *Brookings Institution*. p. 1-31. Acedido em 16 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/great-power-rivalry-in-the-red-sea/>.

WALLERSTEIN, Immanuel (1979) – *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo Veintiuno.

XUETONG, Yan (2021). Becoming Strong: The Chinese Foreign Policy. *Foreign Affairs*. Acedido em 28 de agosto de 2023, em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/usa/2021-06-22/becoming-strong>.

ZHAO, Suisheng (2022). The Us-China Rivalry in the emerging bipolar world: Hostility, Alignment, and Power Balance. *Journal of Contemporary China*. P. 169-185. Acedido

em 28 de agosto de 2023. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10670564.2021.1945733>.